

**JOSÉ RENOIR NUNES**

**CRÔNICA MACHA**

**Esboço de biografia intelectual de um escritor/jornalista no  
Segundo Reinado**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação para o Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Professor Doutor Gilberto de Castro.

**2005**

*Neoptólemo* – E porquê levá-lo pela astúcia e não pela persuasão?

*Ulisses* – Jamais se deixará persuadir, e pela força não o podes tu capturar.

Sófocles – Filoctetes

Compilador do século vinte, quando folheardes a coleção da *Gazeta de Notícias*, do ano da graça de 1894, e deres com estas linhas, não vás adiante sem saber qual foi a minha observação. Não é que lhe atribua nenhuma mina de ouro, nem grande mérito; mas há de ser agradável aos meus manes saber que um homem de 1944 dá alguma atenção a uma velha crônica de meio século. E se lewares a piedade ao ponto de escrever em algum livro ou revista: “Um escritor do século XIX achou um caso de cor local que não nos parece destituído de interesse” (...), se fizeres isto, podes acrescentar como o soldado da canção francesa:

Du haut du ciel, – ta  
demeure dernière, –  
Mon colonel, tu dois  
être content.

Sim, meu jovem capitão, ficarei contente, desde já te abençoô, compilador do século vinte; mas vamos à minha observação. (19-08-94, p. 162/163)

## Resumo

Esta dissertação intenta a leitura histórica das crônicas de Machado de Assis, considerado como intelectual tipo do IIº Império, embasada nos princípios teórico-metodológicos da teoria da argumentação de Chaïm Perelman. Desvelando o imaginário do escritor/jornalista nas suas relações com a natureza, a sociedade e os outros homens, busco uma descrição do cotidiano da corte através da consideração das estruturas que lhe garantem consistência. Constato a eficácia de um saber construído no equilíbrio entre teoria e prática, à revelia dos paradigmas cientificistas do séc. XIX, garantido pelo empenho autoformativo e pela crítica dos postulados estéticos aqui implantados e da vocação autoritária da sociedade brasileira marcada pelas relações de favor. Esses paradoxos que dificultavam a consolidação do país independente, cindido entre o arcaico e o moderno, permeiam todo o trabalho dos seus intelectuais e dirigentes, apresentando-se como permanências em nossa cultura, como se observa na nossa historiografia e no campo da educação.

Palavras-chave: História Intelectual, crônicas machadianas, literatura e educação, argumentação.

## Résumé

On va essayer de faire dans cette dissertation une lecture historique du chroniqueur Machado de Assis, ici présenté autant qu'intellectuel-type du second Empire, appuyé sur les principes de la théorie de l'argumentation de Chaïm perelman. En déviant l'imaginaire d'écrivain/journalist dans ses rapports avec la nature et la société aussi, on arrive à une description du quotidien de la cour parmi l'analyse des structures qui la soutiennent. J'assure l'efficacité d'un savior fondé sur l'équilibre entre théorie et pratique, à rebours des paradigmes scientifiques du dix-neuvième siècle, lequel se fait marqué par l'effort d'autodétermination par contre la vocation autoritaire qui marque la société brésillienne dans ses rapports de tutelle. La scission entre arcaïque et moderne qui empêchait la consolidation du pays indépendant, signale le travail des leurs intellectuels et poiliens, et se présente comme leitmotivo dans notre culture, surtout au champ de l'historio grafie et aussi de l'éducation.

Mots-clés: Histoire intellectuelle, croniques machadiennes, littérature et education argumentation.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - EXÓRDIO.....</b>	<b>p. 01</b>
<b>1.1. Do exórdio, Introdução.....</b>	<b>p. 01</b>
<b>1.2. Do exórdio, Citando e Andando.....</b>	<b>p. 09</b>
<b>1.3. Do exórdio, Ares de Conselheiro.....</b>	<b>p. 21</b>
<b>CAPÍTULO II – NARRAÇÃO.....</b>	<b>p. 33</b>
<b>2.1. Da narração, O Ateneu da História da Educação.....</b>	<b>p. 33</b>
<b>2.2. Da narração, A Dialética do Senhor e do Senhor.....</b>	<b>p. 50</b>
<b>2.3. Da narração, O Enraizado Homem Cordial.....</b>	<b>p. 62</b>
<b>CAPÍTULO III – PERORAÇÃO.....</b>	<b>p. 76</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>p. 89</b>

## 1 EXÓRDIO

### 1.1 DO EXÓRDIO, Introdução

Esta dissertação é fruto do encontro talvez contraproducente de velhas e estioladas dúvidas com as imensas portas abertas do conhecimento científico contemporâneo. Digo *contraproducente* por tratar de um tema que talvez nem mais possua atualidade, porque pode muito bem estar morto e enterrado juntamente com as cinzas do século que lhe deu vida e fulgor, mas que já no seu final – quando parecemos determinados a liquidar de vez com qualquer expressão de positividade ou sistema e ansiamos por mergulhar na vertigem do nada, livrando-nos da insuportável obrigação de pensar por conta própria –, esse século procede à demolição às vezes inconsciente de quase todos os dispositivos que lhe justificavam. Por isso mesmo tendemos a odiar mais que amar de fato esse anacronismo ambulante denominado pomposamente de *intelectual*, uma categoria social parasitária e pateticamente viciada em fazer perguntas, para logo emendá-las com uma catadupa de novas questões em escala geométrica, e que ainda consegue fazer dessa estranha mania um modo de ganhar a vida, mesmo que às custas dos nervos, olhos ou juízo, às vezes até mesmo do próprio pescoço.

De fato, esse risco diz respeito mais especificamente ao termo *intelectual* e toda aquela somatória de ritos categoriais inerentes ao século passado, do que à milenar atividade de pensar, falar e escrever metodicamente, quando um determinado grupo especialista na manipulação de palavras e símbolos se constituiu como expressão de um poder particular exercido sobre as mentes. Nesse sentido, os intelectuais nunca estiveram tão ativos e disseminados quanto hoje, muito embora não seja tarefa fácil circunscrever seus campos de ação, identificar claramente as direções em que esses poderes culturais se estabelecem e convergem, ou que formas assumem.

Trata-se aqui de analisá-lo como objeto investigativo privilegiado na medida em que surge como elemento produtor de cultura, naquilo que a sociologia convencionou considerar como membro de um grupo especializado na produção profissional de bens simbólicos. Longe das tradicionais canonizações biográficas e apologéticas das construções mitificadoras do gênio da raça, tentarei explicitar sua singularidade partindo da interpretação dos sentidos da sua obra como

concretização do pensamento, mas traçando o seu perfil social na consideração dos modos com os quais se insere nas diversas esferas de poder, buscando compreender como a adoção de certas práticas sociais se cristalizam através de uma linguagem expressiva específica.

O método adotado infelizmente não possui a eloqüência e fluidez das grandes hipóteses de trabalho com que hoje costumamos nos deparar, expressas em raciocínios dedutivos altamente elaborados com perfeita harmonia dos elementos, mas que talvez por isso mesmo demonstram uma certa impaciência em conceder foros de cidadania às singularidades nem sempre admissíveis das modestas evidências empíricas. Atendo-me à simples compreensão de alguns acontecimentos históricos, através do emprego de conceitos admitidos pela lógica não-formal elaborada por Chaim Perelman em meados do século passado, sobretudo no seu *Tratado da Argumentação (a nova retórica)*<sup>1</sup>, procurei privilegiar em larga medida o raciocínio indutivo, já que meu objetivo foi interpretar e tornar inteligíveis as ligações significativas existentes entre temas desenvolvidos nas crônicas de Machado de Assis e os condicionamentos externos que ajudaram a compor o seu papel social e os modos de inserção na sociedade do II império. Enquanto um sistema dedutivo se apresenta como isolado de suas relações intertextuais, o campo da argumentação exige que esta seja necessariamente situada.

No seu tratado, Perelman desenvolve uma teoria da argumentação fundada no “*estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*”<sup>2</sup>. Para isso, ele recupera o *silogismo dialético*, descrito nos Tópicos de Aristóteles como um dos modos básicos do raciocínio e que ao longo do cristianismo e do racionalismo clássico foi perdendo progressivamente o seu sentido original de um saber necessário e pertinente, sujeito a regras próprias e controláveis, ficando equiparado aos sofismas meramente persuasivos e sem compromissos éticos, naquilo que pejorativamente se chamou de retoricismo vazio. Esse discurso persuasivo, combatido desde Platão por apelar mais à emoção e paixões do auditório, lançava mão basicamente de argumentos particularistas *ad hominem*, como no caso dos sofistas. Já um discurso convincente devia apelar ao logos, utilizando-se para isso

---

<sup>1</sup> PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

<sup>2</sup> Opus cit., p. 2.

de argumentos *ad humanitatem*, capazes de unir racionalmente o orador e seu público.

Diferentemente do silogismo analítico, que se baseia em demonstrações de caráter impessoal e intemporal fundadas em proposições evidentes que conduzem à verdade da lógica formal, onde a relação coerciva entre premissa e conclusão gera certeza por si mesma, o silogismo dialético implica argumentos sobre enunciados prováveis, que conduzem a conclusões apenas verossímeis, mas que têm sua racionalidade garantida pela opinião comum ou pela dos notáveis, não podendo, portanto, serem estabelecidos arbitrariamente. O dado fundamental é que em Aristóteles não há hierarquização entre essas duas formas de raciocínio; elas não se excluem, não se sobrepõem nem se substituem, e assim a retórica teria uma razão de ser, seja por causa de nossa ignorância da maneira técnica de tratar um assunto, seja por causa da incapacidade dos ouvintes de seguir um raciocínio elaborado.

Longe do mero interesse na eloquência, no discurso oral antigo ou na mnemotécnica, o trabalho de Perelman consiste na operação de um lógico desejoso de compreender o mecanismo do pensamento, o estrutural da argumentação, como possibilidade de explicitar com precisão os pontos de impacto formadores dos juízos de valor, para os quais os elementos psicológicos ou sociológicos exercem notória influência, indo além do raciocínio *more geometrico* clássico, em que todo e qualquer desacordo é visto como sinal de erro pela ciência. Mas que também não vai apelar aos recursos facilitadores típicos dos irracionalismos românticos.

Nesta dissertação, adoto a terminologia do TA, considerando que toda argumentação pressupõe um **orador**, pouco importando se o texto é oral ou escrito, um **auditório**, em função de quem a argumentação sempre se desenvolve, e uma **finalidade**, que cria uma disposição à ação ou resulta nela mesma.

A pesquisa fará uso imaginativo daqueles conceitos problemáticos que Perelman chama de “idéias confusas”, que a rigor são todos esses termos usados nas ciências sociais (por extensão, na linguagem cotidiana), que pela sua complexidade não podem pretender a definição de um sentido único e absoluto, mas que se devidamente aclarados permitirão a emergência de padrões significativos de interpretação tanto históricos quanto literários. Tais padrões serão aqui estabelecidos a partir de duas perspectivas que demandarão constante complementaridade: primeiramente, a da análise interna do texto, naquilo que ele tem de específico em termos de forma/conteúdo, e em segundo lugar, a da análise



propriamente externa, procurando deslindar as interferências sociais decisivas para a elaboração da matriz ficcional, no intuito de estabelecer em que contextos, com que intenções e quais valores eram difundidos por esses produtos no mercado de trocas simbólicas.

Surgem aqui problemas renitentes e comuns na discussão analítica estabelecida a partir da simbologia do velho jogo de cara ou coroa, quando me utilizo de um enfoque dicotômico arbitrário para criar conceitos manobráveis abstratamente, os quais não devem nunca elidir a realidade única e ao mesmo tempo múltipla da moeda que lhes dá sentido. Outro diz respeito exatamente a esses formadores de sentido, pois para interpretar um texto não basta apenas lê-lo ou concentrar-se nele, é preciso *“equacionar uma situação em que ocorre um texto. É, portanto, um processo que ocorre fora do texto, mas atravessa-o. Não fica nele: vai das condições de produção a um objetivo através do texto e volta a ele para os ajustes que se fizerem necessários”* (Pivovar, 1999)<sup>3</sup>. Como nenhuma explicação histórica ou psicológica pode substituir a análise lógica não-formal da linguagem, e vice-versa, procuro evitar a exploração abusiva do argumento *a silentio*, aquele que consiste no levantamento dos interditos e subentendidos dos textos, em virtude das notórias dificuldades de manejo e controle metodológico, preferindo insistir na idéia de que a interpretação deve repousar em documentos seguros ou índices empiricamente assinaláveis.

Essa complementaridade assume (com todos os riscos que isso implica para o trabalho científico) uma função de autêntica “necessidade”, pois é o meio privilegiado para conciliar a descrição de um destino individual com o seu destino social atualizado no processo histórico, evitando, por um lado, as abordagens de feito eminentemente biográfico e psicologizantes típicas da velha crítica laudatória, e de outro os enfoques contemporâneos de cunho mais propriamente ideológicos, que privilegiam a análise dos “papéis sociais” e a busca das suas “determinações”.

Procurando fugir do atrativo da generalização simplificadora, que dissolve o indivíduo na categoria grupal como recurso heurístico permissor de uma melhor condição para a manipulação dos dados da realidade total, adotei a estratégia de trabalhar apenas com a verdade singular do cronista Machado de Assis (MA) como um intelectual-tipo oitocentista, escritor em tempo integral que, no entanto, fez do

---

<sup>3</sup> PIVOVAR, Altair. **Leitura e escrita**: a captura de um objeto de ensino. Dissertação de Mestrado. UFPR, 1999. p. 72.

trabalho jornalístico a forma acabada de sua atividade intelectual e o meio de que se valeu para misturar sua voz pequena aos debates da cidade.

Cabe aqui uma explicitação da lógica social de que me vali para a produção da documentação selecionada, que se pautou por evitar desde o princípio o apelo a uma atitude cognitiva de corte positivista caracterizada pela admissão sem maior crítica da evidência pura e simples, tendo em vista que procurei discernir previamente os fatores que envolvem a produção social enquanto elementos determinantes para a construção do arcabouço argumentativo. Esse tratamento não “naturalista” do caráter da evidência estriba-se no reconhecimento explícito de que ao trabalhar com a expressão plurívoca do fato literário como material histórico, tenho necessariamente que admitir sua interpretação plural e ambígua como fator de tradutibilidade, pois seu significado racional, objetivado, só pode ser estabelecido a partir da perspectiva teórico-metodológica que lhe emoldura. Por isso, pode-se estabelecer que um único fato empírico tenha a capacidade de transmutar-se continuamente numa pluralidade indeterminável de dados, e, portanto, sua admissão ou negação como evidência só pode ocorrer em função de um problema de coerência interna e dos sentidos definidos a partir do padrão proposto. Com efeito, uma argumentação particular não é nunca evidente, e sua força e pertinência em determinados contextos só pode ser medida através da metodologia utilizada.

Um dos princípios basilares de todo o TA, e que também norteou essa pesquisa, reside na convicção de que os valores sociais, às vezes negligenciados nas pesquisas pelo seu aparente caráter idealizante, são de fato princípios efetivos de ação social, e que os argumentos aduzidos por um orador na busca da adesão do seu auditório não se devem a escolhas de ordem meramente pessoal, arbitrárias e contingentes, frutos de uma opção de teor utilitário, pois ditos valores são antes de natureza coletiva. Esses argumentos carregam em si a força de origem do grupo a que o orador pertence, e conseqüentemente o exame acurado das suas crenças e profissões de fé pode nos revelar um quadro seguro das orientações normativas dos atores sociais.

A interpretação dos documentos que constituem as fontes provoca um efeito colateral característico do texto machadiano e nos revela o cerne da sua técnica argumentativa, consubstanciada na afirmação do caráter contingente de todas as coisas, sobretudo do homem, seu objeto de reflexão privilegiado. E essa sensação constante de vertigem epistemológica é o que lhe garante uma valiosa

contemporaneidade, pois seu texto resulta sempre de uma operação da e na linguagem, de onde ele se comprazia em armar paradoxos e aporias, às vezes até com uma certa gratuidade. Para livrar-me dessa angústia e escapar ao jogo de cartas marcadas do artista, não podia adotar como regra de conduta para me aproximar das fontes o caminho óbvio que elas mesmas me propunham de início, que consistia em cair na cilada da adoção da circularidade como fator explicativo para a interpretação dos fatos, pois isso me deixaria irremediavelmente preso ao mal-estar de um regresso de causas *ad infinitum*; nem a senda batida da causalidade positivista ou da crença evolucionista de pouco me podia valer, virada e revirada pelo avesso que tinha sido pela ironia machadiana, o que me deixaria sem chão onde pisar. Como saída (entrada, na verdade), recorri à poderosa simbologia borgeana: adotei o critério do labirinto, sempre tateando em linha reta na tentativa de acompanhar as peripécias argumentativas do autor, seguindo o desenrolar arbitrário dos fatos e sua dispersão premeditada como quem segue um caminho que continuamente se bifurca (e que no final pouco importa se resulta num círculo ou quadrado mágicos, ou qualquer possível variação geométrica, como nesses jogos infantis que adultos adoram). No seu abismo final, o cronista nos recompensa apenas com farta dose de humor, e nós, para não cairmos em tentação e nos perdermos definitivamente, pedimos ajuda aos fios frágeis da história.

Sendo assim, abri mão da beleza arquitetural do gênero dissertativo científico, com toda sua fluência e organização sistemática, e tive que adotar um modelo que me permitisse trabalhar em blocos distintos, visualmente menos elegante porém mais eficaz, para dar conta de alguns temas recorrentes que as fontes me apresentavam e onde toda uma tradição crítica já havia se estabelecido. Prestando juramento à própria orientação metodológica, lancei mão do gênero discursivo judiciário da retórica clássica para apresentação do trabalho na seguinte *Disposição*:

1º – **Exórdio**. Diz respeito ao início do discurso. É onde trato da exposição clara e breve das questões a serem discutidas e interesso-me em implicar pessoalmente o auditório naquilo que se vai dizer, em incluí-lo criticamente no fato.

Item 1.2 – *Citando e Andando*. Traço um esboço daquilo que MA considerava a sua definição de crônica, situando-a nos contextos históricos da segunda metade do século XIX, e procedo a um levantamento das principais características técnicas da crônica machadiana, com ênfase no recurso retórico básico da citação.

Item 1.3 – *Ares de Conselheiro*. Analiso um dos poucos momentos em que os fatos se impuseram de forma irresistível à consideração do cronista, com os acontecimentos de Canudos forçando uma alteração inusual na técnica argumentativa, e intento uma apreensão da sua visão da história e da vida.

2º – **Narração**. Procedo à exposição objetiva dos fatos selecionados. Mesmo que se possa argüir que essa objetividade seja apenas aparente, importa que a objetivação tenha sido efetivamente intentada, pois é pré-condição de todo trabalho científico. Para tanto, deve-se apresentar clareza na organização do texto, brevidade ao se eliminar tudo que não tenha utilidade para o esclarecimento dos fatos e credibilidade ao demonstrar a pertinência das afirmações, vinculando a ficção a algo de verdadeiro, para evitar as contradições e refutações.

Item 2.1 – *O Ateneu da História da Educação*. Parto da análise parcial de uma obra representativa da história da educação brasileira, buscando, com base em alguns argumentos privilegiados, estabelecer uma crítica da apropriação literária que a historiografia da educação faz calcada no raciocínio identitário, pelo qual a ficção é vista como reflexo fidedigno da realidade, constituindo um rico filão documental para o historiador social. Busco chamar a atenção para o risco do argumento simplificador que rondaria a atividade do historiador quando este não leva em conta as especificidades inerentes a cada campo de produção, sobretudo quando descarta o varejo das evidências empíricas no afã de elaborar uma realidade total exitosa no atacado.

Item 2.2 – *A Dialética do Senhor e do Senhor*. Enfoco o fenômeno da escravidão como fato social que permanece exercendo seus efeitos dissolventes até hoje, tentando desvendar a sua lógica dentro do panorama cultural do II Império. Situo a posição particular de MA nesse contexto, inferindo da leitura das crônicas que os desdobramentos da escravidão teriam contaminado as relações sociais e econômicas de alto a baixo e provocado a vacuidade de grande parte das discussões de ordem político-cultural, incluindo a da educação como força afirmativa da cidadania. Procuro descolar minha análise das posições cristalizadas na crítica judicativa, centrando a atenção nos argumentos das crônicas.

Item 2.3 – *O Enraizado Homem Cordial*. Avalio o papel social do MA funcionário público e sua participação na formação do estado burocrático moderno e racional em tensão permanente com as forças arcaizantes do velho estado

patrimonialista com sua vocação paroquial. Abordo o prebendalismo como elemento fomentador de uma ética da dependência e do autoritarismo comuns à sociedade brasileira, toda ela baseada na força do poder localista da família em oposição ao projeto de modernização liberal.

3º – **Peroração**. Recapitulo alguns argumentos, amplificando o sentido de conclusões baseadas no papel social de MA e sua posição particular em relação a alguns temas candentes do final do império e início da república, sobretudo o tema da educação, que ele via (ou disfarçava) dentro da ótica do liberal pessimista. Avalio também como esse ceticismo, temperado pelo humor, tem posição marginal e pouca inteligibilidade no âmbito das diversas esferas de poder.

Um problema final se impõe, em face do tipo de documentação aqui utilizada, que foi essencialmente a crônica de MA, complementada por sua correspondência pessoal e textos esparsos de discursos e ensaios críticos. Crônicas são escritas para o jornal, e por isso acompanham a característica básica do seu suporte material, que é a efemeridade. Cabe perguntar se uma vez publicadas em série num livro, presas a um meio técnico que demanda uniformização e uma unidade que elas não podem dar, ainda estamos lendo crônicas. E se graças ao estilo do autor elas superam a inevitável databilidade, resistindo à inexorável passagem do tempo, não estamos agora diante de um conto ou ensaio. Isso para não falar dos outros elementos do jornal, em meio aos quais se realizava, como os editoriais, reportagens, anúncios, registros iconográficos, que para o historiador têm importância fundamental, e que no livro estão irremediavelmente perdidos. O próprio MA, uma vez instado a publicar suas crônicas, relutou discretamente, desconfiado de que o gênero não tinha um estatuto literário digno de perfilar juntamente com sua obra ficcional, como se percebe na advertência feita por Mário de Alencar para a publicação póstuma de suas crônicas: *“Quando eu lhe lembrava a necessidade de coligir os seus escritos velhos e passados, para obstar que depois de sua morte o fizessem indiscretamente e sem outra intenção que a do interesse mercantil, ele respondia que mais tarde. Mas não desaprovava o pensamento”*<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> ALENCAR, Mário de (org.). Crônicas de *A Semana*. v. 26. São Paulo; Rio de Janeiro: Livro do Mês S.A., 1962. p. 8.

## 1.2 DO EXÓRDIO, Citando e Andando

A crônica primitiva, do início da era cristã, consistia numa lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a noção clássica do tempo como fluxo contínuo, limitando-se a registrar os eventos sem aprofundá-los as causas ou tentar interpretá-los. É só a partir do século XII, ainda ostentando acentuados traços de ficção literária, que ela começa a se aproximar timidamente do pólo histórico propriamente dito. Nessa acepção proto-histórica, basicamente de um gênero descritivista que busca a fidelidade às circunstâncias, é que ela se imortaliza como registro dos grandes feitos da nação, como no caso dos cronistas franceses e ibéricos, ou dos grandes descobrimentos anunciadores de um novo tempo, no que se chamou de literatura dos viajantes.

Com a Renascença vai tomar corpo um novo sentido da história, que será ampliado até o século XIX no bojo de continuidades e rupturas, quando o velho sincretismo entre crônica e história é rompido, estabelecendo-se um distanciamento cada vez maior entre os traços ficcionais da *res gesta* e os documentais da história *rerum gestorum*. É nesse século que dois universos narrativos se estabelecem claramente: um objetivado num “eu” poético com estrita personalidade literária, centrado nas estórias produzidas pela imaginação; outro objetivado num “não eu” verista, centrado no documento e munido de técnicas e instrumental teórico capazes de analisar e interpretar todos os fenômenos ocorridos na escala do tempo.

Entendendo como moderno o panorama do século XIX, o século do historicismo<sup>5</sup>, nele também encontra-se a crônica com sua nova acepção: a de filha dileta do jornal como veículo privilegiado de informação e cultura, e cérebro da opinião pública, no qual encontra sua vida e morte instantâneas, já que é texto escrito para o esquecimento e que define sem o calor da hora. Mas ao lado do registro diário desses textos escritos para o jornal, como seus primos pobres do ramerrão cotidiano (os anúncios, as cartas, os editoriais, etc.), a crônica reafirmava seu parentesco com gêneros mais propriamente literários, também veiculados no jornal, como o romance, a novela, o poema, o ensaio, ou conto, o que lhe garantia direitos de nobreza.

---

<sup>5</sup> VIEIRA, Carlos E. *Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1999.

É nessa dupla articulação, de um fato passageiro menor engrandecido pela concretude do trabalho do narrador, que a crônica se inscreve, oscilando sempre entre o evento e sua explicação, entre a realidade cotidiana e as tramas ficcionais com que os homens a recriam. Gênero menor, porque forma híbrida e ambígua segundo a crítica literária (talvez por isso tenha sido reiteradamente desprezada nos tratados e compêndios), a crônica sempre empolgou seu público, mantendo até hoje uma força comunicacional e editorial indiscutíveis, tornando-se um filão super-explorado nos próprios manuais didáticos e coletâneas. Seria o que hoje chamamos um gênero multimídia, em função da capacidade de absorver os elementos mais díspares, tendo como princípio básico o registro do circunstancial.

Protegido pela máscara do banal, o narrador-repórter relata e comenta fatos disfarçados sob o manto das amenidades, para leitores comuns e apressados, que no entanto precisam reencontrar aí o prazer da leitura descompromissada que lhes sirva como uma experiência de vida. Essa vida é a da cidade, da urbs moderna impondo a todos uma aceleração temporal determinada pelos parâmetros do progresso científico-tecnológico, marcado pelo tempo do relógio, sendo a pressa uma característica tanto de quem escreve como de quem lê ou vive. Por isso, cabe ao cronista captar o instante brevíssimo do cotidiano através de um ritmo ágil de linguagem e estilo, atualizado num coloquialismo capaz de aproximar oralidade e escrita de modo quase imperceptível. E toda essa soma de literatura e jornalismo que é a crônica ainda deve se realizar num espaço limitadíssimo, o que vai exigir do orador o domínio de uma técnica apurada que permita explorar a linguagem da forma mais econômica e rica possível.

Seguindo as pegadas do seu mestre José de Alencar, introdutor do gênero crônica no Brasil com a secção *Ao Correr da Pena* em 1854, no *Correio Mercantil do Rio de Janeiro*, MA vai procurar estabelecer os limites inerentes ao gênero desde o início efetivo de sua atividade jornalística no *Diário do Rio de Janeiro*<sup>6</sup>, em 1861, jornal que retornava à circulação adotando agora uma linha claramente político-liberal sob a direção de Saldanha Marinho. Vinha renovado também graficamente, e por essa época a crônica já se encartava no folhetim semanal que ocupava o rodapé da página, não mais se misturando aleatoriamente entre os anúncios, editoriais e reportagens do período heróico da nossa imprensa, como o da fundação do Diário

em 1821. Apelidado de “diário do vintém” pelo seu cunho eminentemente popular, voltava-se àquela época apenas para as questões e picuinhas cotidianas, coisa que certamente havia chamado a atenção do jovem MA, tanto que ele lembra em crônica da maturidade: *“Quase que era uma folha para cada rua. Toda a gente sentia necessidade de dizer cousas aborrecíveis ou agudas, divulgar alcunhas e mazelas, ou, para usar a expressão vulgar e enérgica, por os podres na rua a alguém”* (A Semana, 01-11-96, p. 319).

A *ars cronica* que MA seguirá com fidelidade durante os seus trinta e seis anos quase ininterruptos de trabalho jornalístico se embasará num clima de amenidade e descompromisso, com exceção do seu período de estréia. Aos 21 anos, quando assumiu a responsabilidade pela redação da crônica permanente nos “Comentários da Semana” do Diário do Rio de Janeiro, entre 1861 e 1862, é ainda o jovem embriagado pelas questões políticas que aparece:

(...) as tomadas de posição sociais, liberais, nacionais, marcaram com novos traços o retrato de Machado de Assis. Ele se tornou mais enérgico, radical, jacobino. Seu caráter intransigente se afirmou através da expressão de suas idéias, guiadas pelo mesmo ideal de pureza. O homem que surgiu é o inverso do Machado de Assis que a crítica nos legou. É preciso dizer quão fascinada se tem mostrado a crítica, até os nossos dias, pelo mito que criou e que extrapolou a toda a carreira de Machado de Assis, com base em pesquisa desatenta.<sup>7</sup>

Conforme Jean-Michel Massa, o intelectual engajado saiu chamuscado desse batismo de fogo do ativismo político, tendo sido remanejado após seis meses de crônicas virulentas, para o terreno mais tranqüilo das amenidades literárias, e a “pena demasiadamente afiada”, que só agora sabia que atrapalhava uma aproximação animada entre liberais e conservadores, não mais escreverá coisas como:

Hoje, é necessário que alguma coisa satisfaça e entretenha o espírito público, desgostoso e enjoado com as misérias políticas de que nos dão espetáculo os homens que a aura da fortuna, ou o mau gênio das nações, colocou na direção, patente ou clandestina, das coisa do país. Causa tédio ver como se caluniam os caracteres, como se deturpam as opiniões, como se invertem as idéias, a favor de interesses transitórios e

<sup>6</sup> Para um esboço histórico do Diário do Rio de Janeiro, ver: MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, II parte, cap. VI, p. 271; GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2000.

<sup>7</sup> MASSA, Jean-Michel. Op cit, 1971, p. 309.



materiais, e da exclusão de toda a opinião que não comunga com a dominante. (Diário do RJ, 22.02.62, p. 28)

Daqui em diante, imunizado da comichão da luta política, na pena do cronista as idéias graves não encontram mais lugar privilegiado, e uma eterna conversa de botequim é que passa a dar o tom:

(...) o que incumbe especialmente à crônica – aonde ninguém desce a buscar idéias graves nem observações de peso. A crônica é como a poesia: ‘ça ne tire pas à conséquence’. Quem passa por uma igreja, descobre-se; quem passa por um botequim, não se dá a esse trabalho; entra a beber uma xícara de café ou grogue; pede duas lérias aos amigos, quer ouvir morder na pele do próximo, exige cócegas, pelo menos. É assim a crônica. Que sabes tu, frívola dama, dos problemas sociais, das teses políticas, do régimen das cousas deste mundo? Nada; e tanto pior se soubesse alguma cousa, porque tu não és, não foste, nunca serás o jantar succulento e farto; tu és a castanha gelada, a laranja, o cálix de ‘chartreuse’, uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar. (O Cruzeiro, 14-07-78, p. 80)

Talvez essa ênfase demasiado explícita no aspecto leve e inconseqüente do gênero, para um narrador com as características de MA, tenha induzido boa parte da crítica a considerar sua crônica como mero exercício de frivolidades, uma sublitteratura. Mas basta atentar para a comparação com a poesia, por ele cultuada como forma maior da expressão literária, para perceber que outras possibilidades aí se encontram disfarçadas, mesmo que ambas constituam exercícios inconsistentes do ponto de vista utilitário.

O novel orador, à medida que vai dominando a técnica de produção e ampliando seu universo cultural, aprende que a crônica constitui um espaço privilegiado de interlocução: “*Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas*” (Ilustração Brasileira, 01-11-77, p. 283). Ou seja, ela é filha do boato, da fofoca cotidiana, dos fatos como pura presentificação. Daí o caráter errático e um tanto quanto arbitrário no que diz respeito ao desenvolvimento dos temas, pois trata-se de trabalhar no tempo imediato, objetivando uma reflexão sobre o instantâneo:

O caso é que quando eu cronicava a quinzena tinha diante de mim (ou antes atrás) um espaço limitado, um período cujos limites podia ver com estes olhos que a terra há de comer. Mas trinta dias! É quase uma eternidade, é pouco menos de um século. Quem se lembra de cousas que

sucederam há quatro semanas?... Um fato de trinta dias pertence à história, não à crônica. (Semana Ilustrada, 11-02-78, p. 313)

Ou seja, o cronista está tão colado aos fatos que não é capaz de distinguir o que é passado ou futuro, vivendo o puro presente como a equilibração dessas duas dimensões do tempo, que é o do próprio jornal. Já a reflexão retórica sobre os fatos mensais é realizada a partir de um argumento de amplificação, com base no hiperbolismo deslavado: um tempo de trinta dias, desdobra-se em quatro semanas, estende-se para pouco menos de um século e atinge quase a eternidade. Essa aceleração temporal vertiginosa serve apenas para justificar a adoção de uma nova escala, a do historiador, tensionando sua longa duração ante o atual da crônica.

Para presentificar ao máximo sua narrativa, e garantir com isso a atenção do auditório, MA vai lançar mão de recursos ficcionais como a criação de personagens na sua crônica, utilizando-os desde o início da carreira, mas atingindo seu tipo acabado com o criado José Rodrigues, uma espécie de Sancho Pança moderno e urbano, com quem costumava dialogar hilariamente nos textos da maturidade.

Este José Rodrigues é bom, é diligente, respeitoso, mas coxeia do intelecto, não que seja doudo, mas é estúpido. Não digo burro; burro com fala seria mais inteligente que ele. Ontem, depois do almoço, veio ter comigo, trazendo uma folha na mão:

– Patrão, leio aqui estes dous anúncios: ‘Para tosses rebeldes, xarope de jaramacaru’. – Para intendente municipal, Calisto José de Paiva’. Qual destes dous remédios é melhor?

– Tu és tolo, José Rodrigues.

– Com perdão da palavra, sim, senhor.

– Pois se as moléstias são duas, como é que me perguntas qual dos remédios é melhor? (...)

– Isto é cousa que só a vista das contas do boticário. Toma o que puderes; mas, antes disso, faz-me um favor. Vai ver se eu estou no largo da Carioca.

– Sim, senhor. Se não estiver, volto?

– Espera primeiro até às cinco horas; se até às cinco não me achares, é que não estou, e então volta para casa.

– Muito bem; mas se o patrão lá estiver, que quer que lhe faça?

– Puxa-me o nariz.

– Ah! isso não! Confiança dessas não são comigo. Gracejar, gracejo, e o patrão faz-me o favor de rir; mas não se puxa o nariz a um homem...

– Bem, dá-me então as boas tardes e vem-te embora para casa.

– Perfeitamente.

Enquanto ele ia ao largo da Carioca, fui-me eu às notas da semana. (A Semana, 23-12-94, p.254/255)

Na economia do texto, a introdução do personagem serve primeiramente para elidir a presença arbitrária do orador, diluída agora na figura do narrador-patrão, ele também materializado como personagem envolvido numa ação altamente humorística. A presença do diálogo pitoresco sustentando o movimento dos personagens é a garantia do sucesso da narrativa, que reside justamente em acentuar a cumplicidade do auditório. A rigor, evidencia-se o velho problema da falta de assunto por parte do cronista, o qual preenche esse vazio com um humor atualizado pela retomada do diálogo vivo característico da comunicação oral.

Confrontando criado e patrão, MA realiza a crítica velada do nosso sistema social, mediante a avaliação irônica das suas estruturas de classe. E a intensa familiaridade reinante significa apenas o acobertamento de relações que exigem constante retificação em uma camaradagem hierarquizada, reafirmadora da imutabilidade das ordenações sociais estabelecidas com base nas estruturas de favor.

Curiosamente, o criado é um sujeito alfabetizado, devorador emérito de jornais e almanaques, de onde tira conclusões as mais estapafúrdias possíveis, mas que vai enredando o patrão nas suas dúvidas constantes. Aberto às novas idéias no seu alumbramento modernizante, não consegue no entanto se integrar ao novo mundo de oportunidades sem o auxílio da muleta do patrão. Espírito adaptável e ansioso por decodificar os mistérios contidos nos anúncios do jornal, José Rodrigues sonha em se tornar o consumidor qualificado dos bens da civilização, mas não passa da reles condição do analfabeto secundário, daquele que aprendeu a ler mas não domina os tortuosos caminhos do deciframento.

Pobre José Rodrigues! É um grande exemplo das vicissitudes humanas. Mal sabendo assinar o nome, ganhou um milhão no encilhamento, e quando começava a aprender ortografia, achou-se com três mil-réis.

– Ai, patrão! dizia-me ele uma vez, eu nunca me devia ter metido em ortografias; um B de mais ou de menos não é o que faz um homem feliz. (A Semana, 28-06-96, p.209)

Implicando uma visão sempre pessoal ante os fatos cotidianos, a crônica se aproxima literariamente do poema em prosa, na medida em que seu autor se entrega liricamente à consideração de reminiscências ou temas ligados à natureza. O culto à natureza como paradigma românticista será constantemente recusado na

prosa de MA, assim como a obsessão descritivista do naturalismo triunfante, características que deram ao escritor uma posição altamente singular em nossa literatura, independente das críticas acerbas que lhe foram dirigidas em função do seu alheamento dos problemas sociais, ou da falta de cor local indispensável ao louvor das nossas belezas naturais. Essa posição da crítica judicativa é uma permanência do vezo retratista imposto pelo discurso do naturalismo como marca inconfundível da nossa cultura. Conforme Antonio Cândido<sup>8</sup>, esse véu que impediu por muito tempo uma melhor compreensão da obra de MA, só será levantado pela primeira vez em 1940, através do ensaio crítico-sociológico – ignorado pelos estudiosos – do francês Roger Bastide, à época professor na USP. Inclusive o próprio Cândido confessa haver demorado muito tempo para perceber seu valor, pois pela primeira vez analisava-se a obra de MA a partir da própria natureza do discurso. Valorizava-se o texto como composição literária organizada que encara a realidade exterior como matéria de construção ficcional, e se demonstrava que a alegada ausência da natureza brasileira era fruto da nossa mania de considerar a descrição explícita da paisagem como enquadramento descritivo.

“Não, bela criatura, eu não sei nadar. Outrora, quando tomava banhos de mar... Sim, houve tempo em que penetrei no seio de Anfitrite, com estes pés que a senhora está vendo, e com estes braços; ficávamos peito a peito; eu chegava a meter a cabeça na bela coma verde da deusa, mas não saía da beira da praia. Se o seio lhe intumescia um pouco mais, por efeito de algum suspiro, eu, cheio de respeito, desandava. Quando Vênus a flagelava muito, eu não penetrava; deixava-me ficar do lado de fora, olhando, com vontade e com pena.” (A Semana, 29-10-93, p. 406/407)

O trecho da crônica, na sua pletora de metáforas expandidas, é uma demonstração de domínio técnico no sentido de falar da natureza sem no entanto descrevê-la em pormenor. O banho de mar é utilizado como pretexto para a elaboração de um discurso fortemente erotizado, efeito que é conseguido pela personificação dos elementos naturais transmutados em deuses gregos, encarregados de envolver e seduzir o tímido banhista, numa superposição de pessoa e paisagem marinha em fusão de alto teor sinestésico. A paisagem não é jamais explicitada, mas constitui uma gama infinita de sugestões e plasticidade, pois, como afirma Cândido, aparece como a “*substância implícita da linguagem e da*

---

<sup>8</sup> CÂNDIDO, Antonio. **Recortes**. São Paulo: Cia da Letras, 1993

*composição, inclusive como suporte das metáforas*<sup>9</sup>. Ao recusar a tematização da paisagem brasileira como mera descrição de cena, MA vai tratá-la de forma mais poderosa através daquilo que Bastide chamará magistralmente de “presença ausente”.

O próprio MA tinha perfeita consciência dessa sua vantagem em relação aos abusos formais do paradigma vigente, coisa que ele só revela muito raramente em sua correspondência íntima, já que era um anticonfessional convicto e praticante. Como se vê num trecho de carta a Magalhães de Azeredo<sup>10</sup>, secretário e depois embaixador em Roma, pupilo literário de MA e seu interlocutor privilegiado até a morte. Instado a responder se Magalhães havia interpretado a contento os seus processos e opiniões literárias em um ensaio crítico para a *Revista Moderna*, MA confirma a contragosto:

“É certo que sou parco em descrições; e, quanto aos quadros naturaes, raro achará nos meus livros. Não é, relativamente a estes, que eu não receba a impressão esthetica que elles dão, é a minha preocupação exclusiva do homem que toma o papel todo nos meus escriptos; mas talvez esteja disfarçando com isto uma virtual incompetência technica.” (Opus cit., 02-02-98, p. 138)

Ninguém acredita que MA fosse incapaz de descrever cenas tão minuciosamente quanto qualquer escritor naturalista do período. Mas o que ele recusa é o trabalho meramente adjetival na arte, já que seu interesse específico está na compreensão dos homens como agentes sociais de sua própria história. Nesse sentido, ele veicula as preocupações típicas do intelectual periférico ante as delimitações impostas pela aceitação acrítica dos modelos e olhares estrangeiros:

“Há anos chegou aqui um viajante, que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias; entre elas a igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o morro do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos; eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em que por aquela mesma ladeira passavam os padres jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a igreja estava aberta e entramos. Sei que não são ruínas de Atenas; mas cada um mostra o que possui. O viajante entrou, deu uma volta, saiu

<sup>9</sup> Opus cit., p. 109.

<sup>10</sup> AZEREDO, Carlos Magalhães de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

e foi postar-se junto à muralha, fitando o mar, o céu e as montanhas, e, ao cabo de cinco minutos: 'Que natureza que vocês têm!'

Certo, a nossa baía é esplêndida; e no dia em que a ponte que se vê em frente à Glória, for acabada e tirar um grande lançaço ao mar para alugueis, ficará divina. Assim mesmo, interrompida, como está, a ponte dá-lhe graça. Mas, naquele tempo, nem esse vestígio do homem existia no mar: era tudo natureza. A admiração do nosso hóspede excluía qualquer idéia da ação humana. Não me perguntou pela fundação das fortalezas, nem pelos nomes dos navios que estavam ancorados. Foi só a natureza." (A Semana, 20-08-93, p. 359/360)

A paixão do cronista pela sua Guanabara é explicitada através do emprego dos qualificativos, mas sem nenhuma concessão ao sentimentalismo nativista próprio do romantismo. O argumento centra-se apenas na dissonância, quase recusa, de encontro entre os dois olhares distintos. O nativo tenta reforçar a adesão do estrangeiro lançando mão de argumentos ilustrativos e exemplares da luta dos homens no esforço de criação de uma história local. Seu empenho reside em criar uma base empírica para o estabelecimento de um real construído pela ação dos homens, modelo que é negado no olhar do outro, que apenas admite a natureza como presença formativa consciente. Só a matéria e coisas inertes nos explicariam, nunca os esforços humanos e suas abstrações.

A citação como recurso argumentativo em seu uso convencional, serve para apoiar o que se diz com o peso de uma autoridade, mas pelo TA ela também pode se afastar desse objetivo e tornar-se uma figura de "comunhão", quando, através de procedimentos literários os mais variados, o orador se empenha em criar ou confirmar uma solidariedade com o seu auditório. MA usará e abusará desse recurso argumentativo, e nesse sentido, também o apelo constante às máximas e provérbios, que no cronista não resulta essencialmente do valor das premissas, pode ser considerado como citação. Mesmo o aspecto do conteúdo fica em segundo plano, como que condenado à arbitrariedade do escritor, que o manipula sem a menor cerimônia. O seu esforço reside basicamente em fazer o auditório participar ativamente da sua exposição, e para garantir essa adesão não hesitará em atacá-lo, solicitar sua ajuda ou assimilar-se a ele.

Um dos caminhos mais curiosos a seguir através da técnica da crônica em MA seria exatamente o de saber a quem corresponderia esse abstrato leitor, sobretudo no mundo restrito e sem horizontes constituído por suas "gentis leitoras", numa época em que a literatura tinha muito pouco de feminina, quase toda ela marcada pela fiscalização deformadora da couraça de convenções da cultura masculina de

corde realista e cientifizante. É provável que MA, assim como fazia na escolha dos assuntos menores e esquisitos como tema recorrente, possa ter entrevistado no público feminino, justamente por causa de sua pesada sujeição aos ditames dos costumes do dezoito, possibilidades mais autênticas de leitura e de escrita, coisas que, no tocante às mulheres, assumiam um caráter de atividades marginais, pois estavam condenadas a viver na angústia social provocada pela vida vazia e ociosa herdada da agora tensa estrutura agrária.

Ante a fraca organização das forças do estado, patenteada pela sua inépcia em atender às demandas modernizadoras impostas pelo emergente capitalismo agrário, ou em equacionar o problema da emancipação dos escravos, que enchia o ar das cidades de um intenso medo de sublevações e violências domésticas incontroláveis, o público leitor compensava essa tensão através do consumo voraz dos tenebrosos relatos e tramas do folhetim francês, que aqui entravam pelos pacotes ou jornais.

MA fazia parte desse grupo de leitores de folhetins e peças de *vaudeville*, tendo inclusive traduzido boa série delas, sobretudo no início da carreira, como forma de aprendizagem e sustento. Nessas obras, tidas como menores pela crítica, MA procurava aprender a controlar tecnicamente os aspectos negativos provocados pela exageração das descrições e excessos de linguagem comuns ao gênero, bem como buscava apreender as transformações por que passava o antigo agente social, vadio e ocioso por natureza, agora submetido à disciplinação sadia, moral e familiar, indispensável para sua adaptação às exigências do novo mundo da produção.

Quinhentos talheres! É preciso ler isto, não com os olhos, não com a memória, mas com a imaginação. E de onde viria a diferença da sensação última?

Talvez haja em mim, sem que eu saiba, algo pantagruélico. Confesso que, em relação a Luculo, as batalhas que ele ganhou contra Mitridates, nunca me agitaram tanto a alma como os seus banquetes. Não conheço golpe dado por ele em inimigo que valha este dito ao mordomo, que, por estar o patrão sozinho, lhe apresentou uma ceia de meia-tigela: "Não sabes que Luculo ceia em casa de Luculo?" Comidas homéricas, tripas rabelaisianas, tudo que excede o limite ordinário, acende naturalmente a imaginação. Jantares de família são a canalha das refeições.

Pode ser também que a causa da extraordinária sensação que me deu o jantar de quinhentos talheres, fosse a triste, a lívida, a miserável inveja da minha alma. (A Semana, 24-02-95, p. 300/301)

Nesse recorte, podem-se ver alguns dos procedimentos composicionais utilizados por MA nas crônicas, no sentido de criar uma comunhão com o leitor. Inicia dando um roteiro de leitura para seu público, que precisa entender a grandeza

do jantar no modo hiperbólico, não apreensível pelo olho, mas só pela imaginação. Na seqüência, o narrador se apresenta como personagem da crônica e, utilizando-se da frase interrogativa, vai forçando o diálogo. Todavia, através de um corte narrativo, suspende arbitrariamente a descrição do fato e passa a fazer considerações de ordem pessoal, valendo-se do exagero e de uma catadupa de citações para enredar a imaginação do leitor, arrematando o período com uma frase curta em quiasmo, numa antítese espelhada que serve para destacar a frugalidade do jantar comedido da família moderna. Segue-se mais um corte narrativo para introdução de argumento de ordem psicológica, por meio do qual o narrador-personagem confessa que tudo isso que vem tentando explicar não passa da simples sensação da inveja. Na seqüência, surge uma nova e mais radical ruptura na narrativa:

Tão de perto seguiu a este jantar de quinhentos talheres a parede dos operários de Cascadura, que não pude espancar da memória uma observação de Chamfort, a saber, que a sociedade é dividida em duas classes, uma que tem mais apetites que jantares, outra que tem mais jantares que apetite...

Essa é a técnica de amortecimento do cronista para introduzir o argumento verdadeiro da crônica, que, pelo forte teor político, precisa ser explicitado, melhor dizendo, disfarçado pelo contraste com a opulência do fato inicial, de novo recorrendo a uma citação literária para comentar o fato através de um quiasmo clássico, em que os termos antitéticos se auto-explicam mediante um espelhamento perfeito. Ele complementa essa crônica comentando as diferenças básicas entre o problema operário europeu, grave porque internacionalizado, e o nacional, ridicularizado porque regido pela ótica do localismo. Mas tudo isso é novamente disfarçado no corte final, ao confessar-se tão sério que parece louco e lembrar que é dia de carnaval.

Toda essa dispersão de assuntos ganha unidade no texto graças à utilização das técnicas argumentativas que garantem a fidelidade do auditório, provocando a sua reflexão através do desequilíbrio que a citação dos textos e autores clássicos em choque direto com a crueza dos fatos ordinários torna evidente. Tal procedimento – altamente moderno e significativo, pois permite criar esteticamente uma simultaneidade para registros lingüísticos e literários diferentes –, demonstra



que o essencial da sua narrativa está na construção do texto, numa forma que é em si mesma conteúdo, e não necessariamente na expressão crítica das idéias.

Machado inventa estórias de cambalhota com a narração às vezes fiel, às vezes malandramente adulterada de outras histórias factuais, fazendo um aproveitamento irônico da tradição literária via citações, máximas e provérbios, na busca de uma teatralização do cotidiano, situando a todos no espaço comum da cultura como fenômeno arquetípico. Essa marca estilística redonda numa narrativa tragicômica, manancial de onde o autor retirará o humor como produto final e quintessência de sua autoridade retórica. Como frisa Lúcia Granja: “A superação da experiência do redator de jornal, a comunhão entre jornalista e escritor é a solução que se apresenta – e que Machado soube explorar – para o jornalismo híbrido da crônica, história e ficção disputando o mesmo espaço textual”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. São Paulo: Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2000, p. 78.

### 1.3 DO EXÓRDIO, **Ares de Conselheiro**

Com sua vocação irreprimível para explorar a grandeza dissimulada nos fatos pequenos, MA comenta superficial e humoradamente mais um dos casos recorrentes de violência e banditismo comuns no cenário do sertão brasileiro:

Telegrama da Bahia refere que o conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dous mil homens) perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro. Não me ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem, dizem que fanático, levando consigo a toda a parte aqueles dous mil legionários. (...) Jornais e telegramas dizem dos clavinoteiros e dos sequazes do Conselheiro que são criminosos; nem outra palavra pode sair de cérebros alinhados, registrados, qualificados, cérebros eleitores e contribuintes. (A Semana, 22-07-94, p. 143)

Ironizando os chavões jornalísticos típicos do ideário da época através de uma sinédoque, tomando a atividade dos jornalistas apenas por uma parte, o cérebro, numa gradação aparentemente cumulativa mas que traz na repetição de características a crítica zombeteira à vocação acomodatória que liga jornalistas e leitores. Opondo-se ao conformismo desses cérebros “eleitores e contribuintes”, o cronista concede ao Conselheiro o benefício da dúvida (“dizem que fanático”), e supondo ser esse mais um caso corriqueiro de banditismo, aproveita para tripudiar dos velhos cânones da estética romântica, ainda vigentes na prática literária nacional, dramatizando ironicamente a cena atual com os quadros descritivos do passado, com os bandidos “levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas. São os piratas dos poetas de 1830. Poetas de 1894, aí tendes matéria nova e fecunda” (p.143). Comparando os homens do Conselheiro a aventureiros galantes, afirma: “O romantismo é pirataria, é o banditismo, é a aventura do salteador que estripa um homem e morre por uma dama./Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dous mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos” (p. 145).

Ou seja, há uma forte intuição por parte do narrador de que algo nas notícias dos jornais ou nos documentos oficiais não correspondia à uma compreensão adequada dos fatos, e embora ele não use nenhum argumento direto na crônica, é possível que a sua desconfiança provenha do número excessivo de homens que acompanham o Conselheiro, algo que extrapola os limites para a constituição de um simples bando.

Um ano e meio depois, quando acontece o primeiro ataque frustrado das forças públicas ao arraial de Canudos, MA volta a tratar do assunto, só que agora de forma inusitada, pois abandona o seu apego ao embaralhamento dos temas e a paixão digressiva, permitindo à figura do Conselheiro a ocupação da quase totalidade da crônica. Fiel ao estilo, começa comparando-o sarcasticamente ao beribéri, epidemia que se espalhou aos poucos por todo o território nacional, graças à leniência das autoridades que não advertiram “na conveniência de sufocá-la nos primeiros focos”:

O mesmo sucedeu com Antônio Conselheiro. Este chefe de bando há muito tempo que anda pelo sertão da Bahia espalhando uma boa nova sua, e arrebanhando gente que a aceita e o segue. Eram vinte, foram cinqüenta, cem, quinhentos, mil, dous mil; as últimas notícias dão já três mil. Antes de tudo, tiremos o chapéu. Um homem que, só com uma palavra de fé, e a quietação das autoridades, congrega em torno de si três mil homens armados, é alguém. Certamente, não é digno de imitação; chego a achá-lo detestável; mas que é alguém, não há dúvida. (A Semana, 06-12-96, p. 347)

Dessa vez o teor da argumentação sofre mudanças. Ao considerar o chefe do bando como “detestável” e não digno de “imitação”, nega-lhe o benefício da dúvida, que para o cronista era uma das suas regras de ouro. Moralizando autoritariamente, o orador recrimina “a quietação das autoridades” que permitem com a sua ausência a eclosão desses conflitos, mas uma nova condição aparece, como que para justificar o fato da liderança incontestável do Conselheiro, que ele já havia reconhecido anteriormente em função do número de prosélitos. Esse diferencial que o torna alguém reside na “palavra de fé”.

Depois de uma pequena digressão bem humorada sobre as eleições fraudulentas que liquidavam as esperanças depositadas no novo regime, e convém aqui relembrar todas as justificativas veiculadas pelos jornais sobre os acontecimentos em Canudos, entre as quais o desejo de restauração monárquica e o separatismo de cunho revolucionário, MA volta ao tema, preocupando-se em entender quais as condições materiais que favoreciam a emergência do conflito, e assume um tom dubitativo:

Como e de que vivem os sectários de Antônio Conselheiro? Não acho notícia exata deste ponto, ou não me lembro. Se não têm rendas, vivem naturalmente das do mato, caça e fruta, ou das dos outros, como os salteadores. A verdade é que vivem. A crença no chefe é grande; Antônio Conselheiro tem tal poder sobre os seus amigos, que fará deles o que quiser. Agora mesmo, no primeiro ataque da força pública, sabe-se que

eles, baleados, vinham às fileiras dos soldados para cortá-los à facção, e morrer. Entretanto, eles têm amigos estabelecidos à sombra das leis. Um telegrama diz que de Alagoinhas mandaram pólvora e chumbo ao chefe. ((A Semana, 06-12-96. p. 349)

Primeiramente lançando mão da hipótese primitiva da coleta, intui que um tal grupo, para conseguir se manter, deve ter articulações de caráter político com os coronéis da região “estabelecidos à sombra das leis”. Em seguida, fazendo eco às notícias alarmistas que permeavam o imaginário da nascente república, declara:

Dizem estes que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas. Neste caso, estamos diante de um general Boulanger, adaptado ao meio, isto é, operando no sertão, em vez de o fazer na capital da República e na câmara dos deputados, com eleições sucessivas e simultâneas. É muita coisa para tal homem; profeta de Deus, enviado de Jesus e cabo político, são muitos papéis juntos, conquanto não seja impossível reuni-los e desempenhá-los. (idem, p. 349)

Compara o Conselheiro ao militar e político francês Boulanger, provocador de um acesso de febre militarista que ameaçou as instituições republicanas daquele país entre 1885 e 1889, retratado numa versão cabocla capaz de fazer emergir um governo ditatorial de natureza místico-política, muito embora admita que é “muita coisa para tal homem”, ou seja, continua desconfiando abertamente das informações da imprensa (“Dizem estes...”).

Inobstante, como MA é um intelectual que vê o homem como um animal ontologicamente vaidoso e egoísta, incapaz de recusar uma posição de mando que lhe preencha o vazio existencial, admite em tom alegórico-jocosos:

Entretanto, como a alma passa por estados diferentes, não é absurdo que o atual estado da do nosso patricio seja a ambição política. Pode ser que ele, desde que se viu com três mil homens armados e subordinados, tenha sentido brotar no espírito profético o espírito político, e pense em substituir-se a todas as Constituições. Imaginará que, possuindo a Bahia, possui Sergipe, logo depois Alagoas, mais tarde Pernambuco e o resto para o norte e para o sul. Dizem que ele declarou que há de vir ao Rio de Janeiro. Não é fácil, mas todos os projetos são verossímeis e, dada a ambição política, o resto é lógico. Ele pode pensar que chega, vê e vence. (idem, p. 350)

Assim está criado o cenário ideal para a emergência do ditador, que, alimentado apenas pela “ambição política”, criará uma lógica de sustentação

posterior, destacada pela paráfrase zombeteira da frase atribuída a César/Conselheiro: “chega, vê e vence”.

Quase dois meses depois, MA escreve uma crônica absolutamente inusitada dentro da trajetória do jornalista. Preocupado com o futuro, ao perceber a iminente e criminosa repressão ao arraial de Canudos e contrariando todos os seus procedimentos estilísticos, lança mão do gênero discursivo deliberativo, que pelo TA é o gênero típico do discurso político, todo ele centrado no pathos e em que a ação do orador se dirige às emoções e paixões do auditório a fim de fazer ressoar o seu protesto. Esse tipo de argumentação só é encontrável nas crônicas da juventude, quando ainda se podia perceber uma natureza claramente embebida dos ideais liberais e progressistas de amigos como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, e quando ainda não possuía um completo domínio da arte de cronicar.

Aqui parece que o senso histórico apuradíssimo é que forçou a emergência dos fatos como algo que se impôs à vontade do escritor calculista e contido da maturidade. Utilizando-se de uma linguagem típica dos retores romanos, estilo verborrágico e oratorial que ele conscientemente não adotava, muito pelo contrário, abominava, pelo que tinha de ligação com o debate e a polêmica, assim começa a catilinária sertaneja:

Os direitos da imaginação e da poesia hão de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome deles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia. Contam-se muitas anedotas, diz-se que o chefe manda matar gente, e ainda agora fez assassinar famílias numerosas porque o não queriam acompanhar. É uma repetição do crê ou morre; mas a vocação de Maomé era conhecida. De Antônio Conselheiro ignoramos se teve alguma entrevista com o anjo Gabriel, se escreveu algum livro, nem sequer se sabe escrever. Não se lhe conhecem discursos. Diz-se que tem consigo milhares de fanáticos. Também eu o disse aqui, há dous ou três anos, quando eles não passavam de mil e tantos. Se na última batalha é certo haverem morrido novecentos deles e o resto não se despega de tal apóstolo, é que algum vínculo moral e fortíssimo os prende até à morte. Que vínculo é esse? (A Semana, 31-01-97, p. 401/402)

Raríssimas vezes o escritor maduro MA permitiu-se a utilização do tom panfletário, como nesse ataque direto à sociedade industrial e burguesa em defesa dos superiores “direitos da imaginação e da poesia”, que ele vincula diretamente à gente do Conselheiro. Averso a qualquer forma de confessionalismo, seu texto é implacavelmente despido das marcas da afirmação peremptória, bastando citar a quase ausência do ponto de exclamação e, ao contrário, o abuso na utilização do ponto de interrogação e das reticências nas crônicas. Ao invés de reprimir simplesmente, urgia saber quais os fatores que permitiam uma ligação moral tão forte com o agora denominado apóstolo.

No tempo em que falei aqui destes fanáticos, existia no mesmo sertão da Bahia o bando dos clavinoteiros. O nome de clavinoteiros dá antes idéia de salteadores que de religiosos; mas se no Koran está escrito que ‘o alfanje é a chave do céu e do inferno’, bem pode ser que o clavinote seja a gazua, e para entrar no céu tanto importará uma como outra; a questão é entrar. Não obstante, tenho para mim que esse bando desapareceu de todo; parte estará dando origem a desfalques em cofres públicos ou particulares, parte à volta das urnas eleitorais. O certo é que ninguém mais falou dele. De Antônio Conselheiro e seus fanáticos nunca se fez silêncio absoluto. Poucos acreditavam, muitos riam, quase todos passavam adiante, porque os jornais são numerosos e a viagem dos bondes é curta; casos há, como os de Santa Teresa, em que é curtíssima. Mas, em suma, falava-se deles. Eram matéria de crônicas sem motivo.” (idem p. 402/403)

Recorrendo à memória da primeira crônica em que tratou de Canudos, o orador utiliza-se de argumentos de dissociação, ou distingo, descritos no TA como aqueles que consistem em trabalhar as noções em pares hierarquizados como forma de melhor estabelecer uma concepção do real. Eles constituem o argumento filosófico por excelência, e a perfeita manipulação desses pares classificatórios é condição essencial para um discurso eficaz, operando a partir de um termo 1, geralmente carregado de valores negativos e desqualificados como factícios ou artificiais, em oposição a um termo 2, admitido como critério de valor autêntico ou natural. Apesar de se apresentarem como dados ou conceitos que estruturam o discurso de modo presumivelmente objetivo, os pares se influenciam mutuamente como pares filosóficos dotados de valoração intrínseca.

MA dominava a técnica da dissociação de noções como forma de precisar os sentidos literários que buscava criar, a tal ponto que conseguiu por muito tempo ser avaliado pela crítica como filósofo, psicólogo ou historiador, coisa que certamente lhe provocaria risos. Tal técnica só faz sentido no interior de um contexto específico,

no caso o literário, e se aderir ao sistema como um todo. Fora dele, ela reintroduz a possibilidade da utilização primitiva, do sentido original dos termos ainda não trabalhados e renovados pelas relações intertextuais que se apresentam, deixando a noção mais confusa, ou fora de lugar, como no anacronismo. Por isso a presença constante dos paradoxos, oxímoros e antíteses, como resultantes da aplicação da definição dissociadora em oposição ao sentido normal de um termo, que pode ser único, é sintoma de criação de um sentido ampliado tipo termo 2. É normal que todas as atividades que visam a isolar o termo 2 em sua pureza e originalidade sejam concebidas como uma liberação, como uma luta contra os obstáculos acumulados pelo termo 1, visto como algo estranho e perigoso.

Desqualificando o grupo 1 dos clavinoteiros como salteadores, em oposição ao grupo 2 qualificado como religioso, o orador vai continuar movendo-se no par como forma de valorizar a diversidade dos pontos de vista sobre o objeto, justificando-se assim a multiplicidade das aparências. A técnica de MA consiste em privilegiar o não-diferenciado, daí o seu pendor em embaralhar gêneros e assuntos, pelas denegações e digressões constantes que implicam a criação de dissociações em leque, como forma de resolver, ou retardar indefinidamente as incompatibilidades aduzidas pelas novas situações. Exemplificando, o grupo 1 dos salteadores evoluiu para uma posição privilegiada ao integrar-se na sociedade como assaltantes dos 'cofres públicos ou particulares' ou na função de fraudar eleições, perfeitamente absorvidos pelo sistema, enquanto o grupo 2 dos fanáticos religiosos é rebaixado pela perseguição não só do estado, porque organizados em torno de uma fé incompatível com o progresso e a racionalidade, como do auditório do orador, que apenas lia superficialmente as notícias dos jornais.

O intelectual MA está sempre demasiadamente atento ao presente e por isso sua atenção e linguagem parecem deslocar-se o tempo inteiro, buscando abarcar um maior número de situações possíveis, como se quisesse encarnar a própria essência da antítese, de ser o oposto no mesmo.

Entre as anedotas que se contam de Antônio Conselheiro, figura a de se dar ele por uma encarnação de Cristo, acudir ao nome do Bom Jesus e haver eleito doze confidentes principais, número igual ao dos apóstolos. O correspondente da Gazeta de Notícias mandou ontem notícias telegráficas, cheias de interesse, que toda gente leu, e por isso não as ponho aqui; mas, em primeiro lugar, escreve da capital da Bahia, e, depois, não se funda em testemunhas de vista, mas de outiva; deu-se honesta pressa em

mandar as novas para cá, tão minuciosas e graves, que chamaram naturalmente a atenção pública. Outras folhas também as deram; mas serão todas verdadeiras? Eis a questão. O número dos sequazes do Conselheiro sobe já a dez mil, não contando os lavradores e comerciantes que o ajudam com gêneros e dinheiros.

Dado que tudo seja exato, não basta para conhecer uma doutrina. Diz-se que é um místico, mas é tão fácil supô-lo que não adianta nada dizê-lo. Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela. Seria uma proeza americana. Seria uma empresa quase igual à remoção do Bendegó, que devemos ao esforço e direção de um patrício tenaz. Uma comissão não poderia ir; as comissões geralmente divergem logo na data da primeira conferência, e é duvidoso que esta desembarcasse na Bahia sem três opiniões (pelo menos) acerca do Juazeiro.” (id p.403/404)

Nesses dois parágrafos o cronista resolve desautorizar o trabalho do repórter do seu próprio jornal, bem como o dos outros, pois se limitam a enviar notícias a partir de testemunhos de segunda mão, quando a boa regra jornalística mandava colher a notícia no próprio local, não na capital da Bahia. Clama por uma reportagem com a qualidade da empresa americana, que nos desse a verdade inteira da seita, do chefe e subchefes. O que ele reclama na verdade diz respeito aos métodos utilizados pelos jornalistas para construir suas reportagens, insatisfatórios porque sujeitos às manipulações e interesses dos grupos políticos da capital exclusivamente, elidindo todos os testemunhos dos habitantes de Canudos.

Não se sabendo a verdadeira doutrina da seita, resta-nos a imaginação para descobri-la e a poesia para floreá-la. Estas têm direitos anteriores a toda organização civil e política. A imaginação de Eva fê-la escutar sem nojo um animal tão imundo como a cobra, e a poesia de Adão é que o levou a amar aquela tonta que lhe fez perder o paraíso terrestre.

Que vínculo é esse, repito, que prende tão fortemente os fanáticos ao Conselheiro? Imaginação, cavalo de asas, sacode as crinas e dispara por aí fora; o espaço é infinito. Tu, poesia, trepa-lhe aos flancos, que o espaço, além de infinito, é azul. Ide, voai, em busca da estrela de ouro que se esconde além, e mostrai-nos em que é que consiste a doutrina deste homem. Não vos fieis no telegrama da Gazeta, que diz estarem com ele quatro classes de fanáticos, e só uma delas sincera. Primeiro que tudo, quase não há grupo a que se não agregue certo número de homens interessados e empulhadores; e, se vos contentais com uma velha chapa, a perfeição não é deste mundo. Depois, se há crentes verdadeiros, é que acreditam em alguma cousa. Essa cousa é que é o mistério. Tão atrativa é ela que um homem, não suspeito de conselheirista, foi com a senhora visitar o apóstolo, deixando-lhe de esmola quinhentos mil-réis, e ela quatrocentos mil. Esta notícia é sintomática. Se um pai de família, capitalista ou fazendeiro, pega em si e na esposa e vai dar pelas próprias mãos algum auxílio pecuniário ao Conselheiro, que já possui uns cem



contos de réis, é que a palavra deste passa além das fileiras de combate. (id. p. 404/405)

Já que não se tem uma concepção verdadeira do movimento, é lícito recorrer às certezas prévias da imaginação e da poesia. Apesar do contexto dramático, o cronista ainda consegue inserir a duras penas uma citação bem humorada a respeito do pecado original. E volta a inquirir mais uma vez o seu leitor quanto à natureza do vínculo que unia aqueles fanáticos, e novamente desautorizando as informações do enviado do seu jornal, o qual procurara diminuir a força do movimento, usando um argumento de exclusão dos maus elementos, ao que o cronista contra-argumenta através de um exempla, o do casal de capitalistas que ajudou ao Conselheiro, fato que consolida a sua autoridade indiscutível.

Não trato, porém, de conselheiristas ou não-conselheiristas; trato do conselheirismo, e por causa dele é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo à seita. Vamos perder um assunto vago, remoto, fecundo e pavoroso. Aquele homem que reforça as trincheiras envenenando os rios, é um Maomé forrado de um Borgia. Vede que acaba de despir o burel e o bastão pelas armas; a imagem do bastão e do burel dá-lhe um caráter hierático. Enfim, deve exercer uma fascinação grande para incutir a sua doutrina em uns e a esperança de riqueza em outros. Chego a imaginar que o elegem para a câmara dos deputados, e que ele aí chega, como aquele francês muçulmano, que ora figura na câmara de Paris, com turbante e burnu. Estou a ver entrar o Conselheiro, deixando o bastão onde outros deixam o guarda-chuva e sentando o burel onde outros pousam as calças. Estou a vê-lo erguer-se e propor indenização para os seus dez mil homens dos Canudos.

A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará ao sertão, e com ela a monotonia. A monotonia virá também à nossa alma. Que nos ficará depois da vitória da lei? A nossa memória, flor de quarenta e oito horas, não terá para regalo a água fresca da poesia e da imaginação, pois seria profaná-las com desastres elétricos de Santa Teresa, roubos, contrabandos e outras anedotas sucedidas nas quintas-feiras para se esquecerem nos sábados. (id. p. 406/407)

Finalizando a crônica, o orador pressente que “um assunto vago, remoto, fecundo e pavoroso” se perderá nos desvãos da história, que significa a compreensão mesma do que seria o conselheirismo e as implicações desse processo para a análise da gênese histórica do movimento. A paz imposta esvaziará a vida do sertão e também nossa alma, e a vitória da lei redundará num paradoxo absoluto, pois coincide com a morte da poesia e da imaginação de um povo, condenando nossa memória à banalidade dos faits divers, que, contraditoriamente,

sempre foram os elementos criativos mais valorizados pelo cronista, mas que no momento acham-se rebaixados ante a força irreversível do processo histórico desencadeado.

Duas semanas depois, em meio às manifestações ruidosas na rua do Ouvidor, provocadas pelos defensores da “república em perigo”, embalados pelo fanatismo jacobinista alimentado pela carta-testamento de Floriano Peixoto e pelo envio do general Moreira César, símbolo da ala radical, para liquidar de vez com os conselheiristas, o cronista parece intuir a inexorabilidade dos acontecimentos. Se antes apelara ao pathos, no sentido de persuadir seu auditório através dos descaminhos das paixões e emoções, agora centrará seu discurso no ethos, recurso mais condizente para criar uma aproximação simpática com o auditório. Para isso, ele inicia a crônica pela forma do diálogo:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da rua de S. José, esquina do largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

- Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
- Quem?
- Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que ‘esse homem que briga lá fora’ é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é ‘esse homem que briga lá fora’. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residirem. (A Semana, 14-02-97, p. 412/413)

De início, um diálogo implícito com seu leitor do jornal, para introduzir uma narrativa especular, onde ele assume a posição de leitor em pé de igualdade com uma ‘mulher simples’, que ocupa o foco central da cena, através do diálogo com o vendedor. As duas assertivas são exemplo da mais pura fala brasileira. A pronominalização solta e os respectivos usos verbais implicam o império da oralidade, tão funcional no gênero crônica, e são o corolário perfeito para os dois únicos qualificativos que foram usados pelo narrador para descrever a interlocutora, traçando-lhe um retrato psicológico: ‘mulher simples’ e ‘voz descansada’.

Continuando, o narrador retoma o diálogo implícito apostrofando o seu leitor de modo brutal – técnica de que MA gostava de lançar mão com freqüência –, por este não ser capaz de decifrar a charada verbalizada no diálogo da mulher: o ‘homem que briga lá fora’, é o já herói popular Antônio Conselheiro. E este, que há exatamente um ano era qualificado pelo mesmo narrador de ‘detestável’ e indigno ‘de imitação’, torna-se agora, fruto da pura correspondência com as camadas ‘simples’, o ‘nosso Antônio Conselheiro’, numa identificação ainda mais reforçada pela crueldade com o leitor ingênuo que não atina com a decodificação do texto, por isso desclassificado acintosamente numa gradação inapelável: leitor obtuso < mais obtuso < tapado leitor.

Valendo-se da conglobação ao acumular argumentos em favor de sua tese, personificada na mulher que mesmo sem saber ler vai elaborando uma interpretação através de ‘pormenores’, ‘auréolas’ e ‘lendas’ assimilados de outiva, o cronista elabora uma memória coletiva que um dia será transmitida como ‘história à filha’ e ‘depois à neta’. A essa altura, é provável que o ‘caro e tapado leitor’ do futuro já seja capaz de atinar com o andamento da história. Isso é a celebridade.

Esse mesmo argumento será desdobrado no segundo parágrafo, no qual o cronista, apelando para uma outra prova, reforça a sua tese:

Esta é a celebridade. Outra prova é o eco de Nova York e de Londres onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos. Habitante da cidade, podes ser conhecido de toda a rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão uma vila, uma pequena cidade, a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas, para entrar nos almanaques. (id. p. 413/414)

Agora, procedendo por amplificação, dá ao fato político o valor que internamente se procurava menosprezar, analisando ironicamente as implicações econômicas inevitáveis para os países situados na faixa de dependência da economia capitalista: nossa incapacidade de resolver as contradições internas, implicando uma punição em face dos riscos que impomos ao capital estrangeiro. A ironia se dá aqui pela comparação esdrúxula entre o conselheiro isolado no sertão e alheio às turbulências dos mercados e investidores, e o leitor urbano e civilizado, informado mas sem poder para empolgar a multidão.

Prosseguindo, ao antecipar-se nas arriscadas práticas literárias dos exercícios de futurologia, o cronista retoma a análise historiográfica descompromissada:

Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de cousas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico deste episódio que não tem nada fim-de-século. (...) Se achardes no 'Sertão' muito sertão, lembrai-vos que ele é infinito, e a vida ali não tem esta variedade que não nos faz ver que as casas são as mesmas, e os homens não são outros. Os que parecem outros um dia é que estavam escondidos em si mesmos.

Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? Talvez então algum devoto, relíquia dos Canudos, celebre o centenário desta finada seita." (id. p. 417/418)

Partindo da análise do livro 'Sertão', de Coelho Neto, comenta poeticamente o conceito de 'sertanidade', sustentado pelo espaço infinito em que homens se perdem na monotonia do tempo. Mas, trabalhando em quiasmo, e dissociando as noções em abismo, procura demonstrar especularmente ao leitor urbano e civilizado, acostumado com a contínua mudança, que ele é absolutamente igual a esses 'outros', resultando a aparente diferença apenas no fato de aqueles estarem por muito tempo 'escondidos em si mesmos'. Voltamos à charada, ao labirinto e ao paradoxo: não saímos de Canudos, e, por antítese, Canudos é o Rio. Todos os homens são um.

MA sabe que o fim de Canudos exigirá um esforço posterior de explicação histórico-sociológica para o fenômeno messiânico e o fanatismo sertanejo. E isso será realizado pela narrativa plural de Euclides da Cunha poucos anos depois de extinta a seita, com mais de 'um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados'. Narrativa fim-de-século não no sentido da *belle époque*, mas no estritamente escatológico, naquilo que ao expor as nossas mazelas liquidava com os modelos e anseios da nação indivisa e da pátria redentora.

Infelizmente para o estudioso, não se pode saber como reagiria MA diante dos acontecimentos posteriores em Canudos, e as reflexões políticas, sociais e culturais daí decorrentes, porque ele parou de cronicar na Gazeta em 28-02-97. O que

convém notar é que o tom fortemente dramático, a reiteração sistemática de um tema, a demarcação clara de uma posição política, são práticas inusuais para um intelectual que primou sempre pelo mais completo controle de sua produção e pelo resguardo de suas posições pessoais.

## 2 NARRAÇÃO

### 2.1 DA NARRAÇÃO, O Ateneu da História da Educação

Inobstante o sucesso e apreço literários de que gozou MA ainda em vida, fica evidenciado o desconforto e a redução drástica da base de apoio com que conta o estudioso da história e da literatura no sentido de mapear no tempo a sua efetiva projeção intelectual, pela insuficiência de trabalhos críticos abalizados à época e diante de opiniões de intelectuais que com ele conviveram, alguns privando inclusive do seu restrito círculo de amizades, como é o caso do filólogo João Ribeiro, para quem *“ele foi dura e rigidamente indiferente às nossas grandes agitações, como as da guerra, da Abolição e da República”*; ou do escritor Graça Aranha, para quem Machado *“amava as tiranias em reconhecimento à segurança que lhe davam”*; ou ainda do poeta Luiz Murat, que achava seu *“humorismo malfazejo e hipócrita”*. E, no limite extremo do azedume, Sylvio Romero, para quem Machado, *“quanto às idéias, não segue nenhuma, porque não as compreende”*.

Essas restrições, apesar do forte matiz impressionista, têm tido até hoje uma ampla repercussão no tocante à compreensão e avaliação do papel do intelectual MA no âmbito da nossa história cultural, sobretudo porque se entroncam com os problemas cruciais referentes à participação do intelectual na organização da cultura e consolidação da nação. Deixando de lado o perigo do personalismo e sectarismo comuns aos coetâneos, baseio-me na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, no livro que é considerado a obra fundadora da história social no país, e busco apreender sua rica análise dos fundamentos do nosso destino histórico, especificamente no que diz respeito ao indiferentismo crônico dos intelectuais do império:

Ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar de organizações e coisas práticas, os nossos homens de idéias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo mais dócil aos nossos desejos ou devaneios. Era o modo de não nos rebaixarmos, de não sacrificarmos nossa personalidade no contato de coisas mesquinhas e desprezíveis.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo; Cia das Letras, 1995, p. 163).

Considerando a rejeição à lei do “tudo ou nada” em matéria argumentativa, reiterada no TA, para o orador garantir um resultado eficaz é de bom tom sempre deixar espaços abertos para outras possibilidades explicativas, sobretudo quando, ao lançar mão de um argumento generalizador, como no caso, a análise do fato concreto é deixada de lado, passando a assumir um caráter explicativo mais acorde com descrições de caráter sociológico ou psicológico. O uso das expressões “em geral”, “tudo”, serve para estreitar ainda mais o campo das outras possibilidades argumentativas, sobretudo diminuídas pelo arremate final do argumento, quando o historiador lança mão de um “exempla” para afirmar que “*MA foi a flor dessa planta de estufa*”, sem se perguntar no que essa planta florífera poderia se distinguir das outras, ou ainda porque dela não saíram sementes capazes de fazer germinar outras plantas que tornassem mais variada e viçosa a rude paisagem estética da nossa estufa cultural.

Nesse período, além das inevitáveis flores do campo e ervas daninhas que infestam todo jardim cultural e que esperam um dia ter a sorte de serem classificadas e consideradas por algum pesquisador curioso e amoroso o suficiente para lhes dar um lugar ao sol (ou à sombra das estufas de nossas jovens ciências em flor), outra estranha flor aqui apareceu, e assim como MA, foi tratada como “caso único” na nossa história literária, pelo que apresentava de extravagante ao nosso panorama estético-cultural no tocante ao tratamento da temática e concepção de linguagem romanesca. Por ser a educação um dos temas principais do debate político-cultural no período, tanto que na opinião de Wilson Martins “‘a questão do ensino’ pode fazer simetria, a essa altura [1880], com as nossas outras categorias historiográficas convencionais, a ‘questão religiosa’ e a ‘questão militar’”<sup>13</sup>, a solução do problema pedagógico era vista como o meio privilegiado para dar à nação brasileira a unidade e o roteiro do progresso pelo qual seus intelectuais e políticos ansiavam<sup>14</sup>. Tratando-se de uma crítica mordaz às nossas práticas escolares e instituições formadoras da cidadania, o romance *O Ateneu* serviu como salvo-conduto que livrou seu autor, Raul Pompéia, das críticas ferozes que se faziam a

---

<sup>13</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Vol. IV. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978. p. 72.

<sup>14</sup> Para uma abordagem da importância do tema *educação* no debate político-cultural do Império, ver: ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 1997.

todo e qualquer intelectual que não pautasse o seu trabalho pela ótica do paradigma crítico e estético do “naturalismo” dominante.

Segundo Flora Süssekind (1984)<sup>15</sup>, o naturalismo constitui permanência absoluta na nossa cultura e é o facilitador de uma “lógica da analogia” veiculadora da correspondência constante entre literatura e ciência, encontro aparentemente necessário e feliz porque embalado pelo mote da “racionalidade científica”, que constituía a grande palavra de ordem da virada do século. Quem não pautasse seu trabalho pela obediência ao cânone do valor nação, seguindo o metro do valor progresso, corria o sério risco de se achar marginalizado do mercado de bens culturais. Essa mania da representatividade nacional, da literatura como expressão incontestada da nossa unidade desejada, será a principal consequência da revolução estética romântica aqui adaptada, operacionalizada a partir da negação dos modelos acadêmicos clássicos, substituídos pela historicização passional dos valores locais, valendo esse postulado não só para a produção dos textos mas também como roteiro de leitura.

Pelo TA, a analogia é figura que pertence ao grupo dos argumentos “quase-lógicos”, por implicar num raciocínio elaborado de uma estrutura do real que permite encontrar e provar uma verdade embasado numa semelhança de relações. E será esse o recurso retórico privilegiado pelos nossos escritores nas últimas décadas do XIX, no esforço de construção simbólica de uma nacionalidade que buscava se afirmar obsessivamente através de um enfoque sociopolítico como fator explicativo da gênese de nossas mazelas, as quais deveriam ser erradicadas a partir da aplicação dos ditames da racionalidade médico-científica em todas as áreas, seja da literatura, seja da história, ou até da vida comunitária.

Mas essas relações de bases analógicas, centradas na idéia da semelhança, serão aqui realizadas a partir de um figurino bem mais estreito, como elemento de busca de uma identificação que terá que nascer à fórceps, na monomania afirmativa do mito da identidade nacional a ser revelado demiurgicamente pelos nossos intelectuais. São eles os sujeitos socialmente privilegiados e potencialmente qualificados para a tarefa, por deterem um saber capaz de revelar um retrato acabado e nítido do país, favorecendo o bom senso de um leitor amorfo, que sem a necessidade de qualquer esforço crítico ou curiosidade filosófica, receberá no colo,

---

<sup>15</sup> SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.



de mão beijada, a certeza de possuir uma identidade cultural e nacional perfeitas, sem fissuras ou traumas.

É nesse espaço ocioso que o discurso hegemônico das ciências naturais se imporá, especificamente através do saber biológico, concretizado na medicalização da narrativa romanesca e se espalhando como fator explicativo por todo o âmbito da sociedade brasileira, tocada por um estridente “entusiasmo científico” que consolidaria a nação e purificaria a raça, sendo o progresso inelutável e a educação do povo os caminhos que conduziriam ao nosso destino glorioso. E se a nação não se revelava conforme o desejado, o recurso até hoje persistente entre nossa intelectualidade – e mesmo no homem comum –, reside no recurso sadomasoquista de ajustar contas com o passado nacional.

Para que essa “estética da analogia” se estabeleça no caso da nossa literatura, será necessário transformar a ambigüidade inerente ao literário em pura objetivação científica, e a palavra, material de trabalho do escritor, será burilada não basicamente como elemento ficcional atualizador do imaginário do artista, mas sim como espelhamento do “real”, como pura imagem onde o literário precisa ser apequenado ou mesmo esquecido, em proveito de uma visibilização enfática do referente, onde a linguagem, satisfazendo a sanha cientificista dominante, se realize como pura transparência. No limite, o que se pede é que o discurso ficcional se dispa de sua paixão doentia pela dúvida e ambigüidades e materialize o visível, passando a registro seguro dos fatos, meio de informação utilíssimo porque direto para um leitor acrítico e carente de certezas. Na estética naturalista, convém que o escritor abra mão da inútil pena, e passe a operá-la como bisturi ou microscópio.

A narrativa do Ateneu escapa dessa camisa-de-força, mas o que vou procurar interrogar aqui é apenas o seu previsível aproveitamento pela historiografia da educação brasileira, em função evidentemente de uma leitura centrada no aspecto conteudístico, como obra-denúncia das mazelas da educação imperial, enfoque aparentemente privilegiado para uma aproximação entre história e literatura, como se vê no recente trabalho de Kleber Garcia Campos<sup>16</sup>, obra que faz parte de importante esforço editorial no sentido da consolidação dos estudos historiográficos na área.

---

<sup>16</sup> CAMPOS, Kleber Garcia. *O Ateneu de Charles Dickens: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 186.

Deixando de lado as dificuldades inerentes a todo trabalho comparativo entre áreas de estudo específicas, risco potencializado ainda mais pelo fato do autor trabalhar com realidades históricas distintas, analisarei apenas alguns argumentos do ponto de vista estritamente histórico-metodológico, não fazendo, assim como o autor, nenhuma referência sistemática aos detalhes formais especificamente literários que caracterizam o texto.

Na conclusão, Campos deixa claro o seu intento, que foi “*o estudo de Dickens e de Pompéia, para melhor compreensão do complexo problema das relações que as obras ficcionais mantêm com as realidades históricas que as produziram*”<sup>17</sup>.

Pelo TA, temos aqui um argumento “a fortiori”, consistindo no estabelecimento de uma escala de valores entre termos, a qual é concedida pelo auditório ao orador. Como as “realidades históricas” produzirão as “realidades ficcionais”, o leitor espera ter a garantia de uma análise rigorosa dos tópicos claramente definidos nos seus contornos conceituais pelo autor, e que essa análise histórica minuciosa dos fatos, na sua individualidade e concretude, resultará numa compreensão ampliada da obra e da época. Como todo texto deve elaborar uma totalidade, é evidente que os argumentos aduzidos na introdução também devem ter sido utilizados como reforçadores desse acordo prévio entre orador e auditório: “*Uma das diferenças entre texto jornalístico, documento histórico e relato fictício reside na suposta intenção de seus autores de serem mais ou menos fiéis à realidade. Essa maior objetividade no trato com os acontecimentos que jornalistas e historiadores aparentam ter é, porém, ilusória*”<sup>18</sup>.

Agora a escala de valores é invertida, já que a objetividade com que o analista procura apreender a “realidade histórica” é puramente “ilusória”, e o grau de “realidade” com que operam historiadores, jornalistas e escritores passa a ser revelado através de um argumento de identidade. Nessa perspectiva, temos o caminho aberto para uma suposta análise historiográfica que poderá circular impunemente entre a esfera da produção literária e a da materialidade histórica, estabelecendo-se assim uma condição ótima para a “lógica da analogia” realizadora do desejo identitário:

A vitória de Raul Pompéia sobre seus sofrimentos da adolescência confundiu-se com a vitória de seu personagem Sérgio quando este teve a

---

<sup>17</sup> Idem, p. 186.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 8.

oportunidade de presenciar a destruição daquela escola pelas chamas de um inesperado incêndio. Foi o fim que ele desejou, não propriamente para o prédio que abrigara seu personagem, mas para o tipo de vida que ele também fora levado a viver por alguns anos.<sup>19</sup>

Todo o argumento é especular, e a personagem Sérgio reflete rigorosamente os passos do seu criador; “confundem-se” numa só realidade, sem fissuras ou questionamentos. O autor é o personagem, assim como a história é a estória. Desse modo, o leitor se convence, sem maiores problemas ou cansaço, da “vitória” (na vida e na ficção?) de ambos e se surpreenderá, se tiver um mínimo de curiosidade, ao ler em uma crônica de MA:

À beira de um ano novo, e quase à beira de um outro século, em que se ocupará esta triste semana? Pode ser que nem tu, nem eu, leitor amigo, vejamos a aurora do século próximo, nem talvez a do ano que vem. Para acabar o ano faltam trinta e seis horas, e em tão pouco tempo morre-se com facilidade, ainda sem estar enfermo. Tudo é que os dias estejam contados.

Alguns haverá que nem precise tê-los contados; desconta-os a si mesmo, como esse pobre Raul Pompéia, que deixou a vida inesperadamente, aos trinta e dois anos de idade. Sobravam-lhe talentos, não lhe faltavam aplausos nem justiça aos seus notáveis méritos. Estava na idade em que se pode e se trabalha muito. A política, é certo, veio ao seu caminho para lhe dar aquele rijo abraço que faz do descuidado transeunte ou do adventício namorado um amante perpétuo. A figura é manca; não diz esta outra parte da verdade, – que Raul Pompéia não seguiu a política por sedução de um partido, mas por força de uma situação. Como a situação ia com o sentimento e o temperamento do homem, achou-se ele partidário exaltado e sincero, com as ilusões todas, – das quais se deve perder metade para fazer a viagem mais leve, – com as ilusões e os nervos.

Tal morte fez grande impressão. Daqueles mesmos que não comungavam com as suas idéias políticas, nenhum deixou de lhe fazer justiça à sinceridade. Eu conheci-o ainda no tempo das puras letras. Não o vi nas lutas abolicionistas de S. Paulo. Do “Ateneu”, que é o principal dos seus livros, ouvi alguns capítulos então inéditos, por iniciativa de um amigo comum. Raul era todo letras, todo poesia, todo Gouncourts. Estes dois irmãos famosos tinham qualidades que se ajustavam aos talentos literários e psicológicos do nosso jovem patricio, que os adorava. Aquele livro era um eco do colégio, um feixe de reminiscências, que ele soubera evocar e traduzir na língua que lhe era familiar, tão vibrante e colorida, língua em que compôs os numerosos escritos da imprensa diária, nos quais o estilo respondia aos pensamentos. (A Semana, 29-12-95, p. 70/71)

No sem compromisso da crônica, temos espaço para a elucubração filosófica sobre a morte e o suicídio e a informação do jornalista, na documentação biográfica

---

<sup>19</sup> Idem, p. 44.

e situação da obra. Mas há também a informação crítico-literária arguta sobre a vinculação de Pompéia à estética francesa dita impressionista: “Raul era todo letras, todo poesia, todo Gouncourts”, que, na pegada das artes plásticas, procurava encontrar na concreção da palavra esses estados de alma, impressões dos sentidos retidos na memória do escritor. Esse é todo o clima do Ateneu, “um eco do colégio, um feixe de reminiscências”, ou seja, aquilo que a memória do artista é capaz de “evocar e traduzir na língua que lhe era familiar”. Essa linguagem é a da ficção, a tradução de uma realidade específica, de um determinado conteúdo que só se perfaz e completa através de uma forma capaz de fazer-nos ouvir o eco angustioso de um colégio que serve muito mais como espaço de clausura e recolhimento imposto, onde se desenvolve atabalhoadamente a figura ambígua de uma criança/adolescente no seu esforço insciente de acomodação e de inserção na civilidade urbana.

O Ateneu, naquilo que se convencionou chamar romance de formação, é uma narrativa satírica pautada na denúncia de uma pedagogia vazia e meramente ornamental, ineficaz como fator formativo de individualização e aceitação social, a ponto do personagem central adotar a “humildade” como único recurso tático de sobrevivência em meio às agruras do jogo social. E essas “evocações e traduções” são engenhosamente realizadas no modo da sátira cruel e na utilização de uma linguagem “vibrante e colorida”, muito longe do desejo naturalista da reprodução fotográfica, da análise fria de uma literatura quase estudo de caso e documental, como na leitura de Kleber Campos: “*Sérgio, se a história prosseguisse, haveria, provavelmente, de cursar uma das poucas escolas de Direito existentes no Brasil de então para tornar-se um advogado, como fez seu criador*”<sup>20</sup>

O uso do “como” serve para explicitar essa “lógica da analogia” expressa na relação identitária necessária entre autor e personagem, entre vida e ficção. E talvez embalado pelas grandes possibilidades abertas pelos novos métodos históricos, Campos intenta uma análise “cliométrica” da literatura, capaz de reforçar o paralelo entre realidade e ficção, imaginando uma eventual continuação da narrativa, quem sabe por achar insuficiente tratar apenas da iniciação de um adolescente, quando se poderia chegar até à crítica da escola “superior” brasileira do final do XIX e sua

---

<sup>20</sup> Idem, p. 119.

vocação bacharelesca. Mas pode-se pensar, na toada marxista, que se a história só se repete como farsa, a obra literária só “prossegue” como pastiche ou paródia.

Curiosamente, Kleber Campos não tira todas as conseqüências dessa lógica da analogia, ao não estabelecer esse mesmo movimento especular na análise de Aristarco, diretor do internato e personagem fundamental na economia do romance, que não é jamais referenciado como contrafação de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas da esdrúxula nobiliarquia tupiniquim e fundador dos ginásios baiano e mineiro, além do da corte, onde estudou Raul Pompéia e grande parte da intelectualidade mais afortunada do período. Trata-se aqui de um educador de peso no império, agitador de idéias pedagógicas na imprensa diária e reconhecido pelo seu empenho na elaboração dos manuais didáticos que foram utilizados em larga escala nas escolas brasileiras até a emergência do movimento reformador. Tornou-se respeitado sobretudo pela sua orientação modernizante no internato, ao abolir os castigos corporais característicos da velha pedagogia da opressão direta, suavizando-a numa matriz disciplinar auto-reguladora centrada agora nos controles morais estatuídos a partir da figura do mestre como extensão do “pater familia”. Para Kleber Campos: *“Aparentemente, o poder de Aristarco não se fundava na violência física, mas no impacto causado pela afirmação de sua figura de educador, de sua grandiloqüência, de sua nobreza e de sua majestade”*<sup>21</sup>.

O recurso retórico do benefício da dúvida serve em geral para amenizar as conseqüências que se seguem a um argumento, preparando o caminho para uma possível defesa, como se nota pelo cuidado no emprego do adverbial “aparentemente”, que na realidade significa o reforço da tese da violência moral como forma suprema da repressão, a qual, se necessário, poderia muito bem reverter aos velhos métodos da pedagogia antiga, como se a violência física tivesse que ser novamente chamada ao palco como personificação necessária de uma violência espiritual que precisa ser marcada na carne.

É justamente nessa negação da estética naturalista, na insubmissão aos postulados do realismo nu e cru que o impressionismo “todo Goucourts” de Pompéia se efetiva na narrativa do Ateneu, onde jamais aparece qualquer concessão à descrição dos castigos físicos tão caros ao denunciamento naturalista, pois isso implicava uma prática retrógrada inaceitável para os padrões de uma

---

<sup>21</sup> Idem, p. 77.

pedagogia que se sabia modernizadora, encarnada na figura do seu diretor e no culto da “própria estátua”. Não há mais espaço para a explosão da violência física, posto que Aristarco, engolfado no seu narcisismo ensandecido, só é capaz de se reconhecer como reflexo nos olhos dos outros, naquilo que Beatriz Jaguaribe chama argutamente de “pedagogia do anúncio”, pois “o relevante nessa configuração é a percepção do ser social como imagem sem consistência, assim como a pedagogia e a retórica vão ser a ornamentação desprovida de sentido e crítica”<sup>22</sup>.

Assim como não procede à análise histórica da figura intelectual do Barão de Macaúbas no âmbito da história da educação brasileira, Kleber Campos também nada referencia sobre a morte prematura de Pompéia, como MA nos informa na sua crônica. A análise desse suicídio constitui material de reflexão histórica inestimável, no sentido adotado por Beatriz Jaguaribe, centrada num argumento de reciprocidade: “As fronteiras entre história e ficção são porosas porque se privilegia uma narrativa desses percursos que visa a questionar como a fabricação literária é impulsionada pelo seu contexto histórico e como o contexto histórico é ficcionalizado pela narrativa literária”<sup>23</sup>. Ou seja, a literatura reflete o tempo histórico, mas não o acompanha necessariamente. Ela cria o seu próprio tempo, o que implica admitir que os fatos históricos e os culturais não correm em paralelo, e mesmo que isso venha a acontecer, quase nunca se tocam, pois a repercussão imediata dos fatos na literatura não vai além da superfície. No discurso literário, o mundo físico se perfaz mediante aproximações diversas, indicações bastante genéricas e pormenores demasiado fragmentários que só se concretizam através da ação imaginativa do auditório. Realidade que só há pouco tempo a historiografia veio constatar, a política do homem de cultura se perfaz na longa duração, em virtude do seu campo de trabalho específico, que é o de agitar idéias até a sua quase dissolução, ou efetivação por parte do auditório.

A posição de MA é privilegiada pelo fato de Raul Pompéia ser seu colega de redação na Gazeta de Notícias e em função do seu apuradíssimo senso crítico, tanto literário quanto histórico. O cronista procura explicar o ato de Pompéia a partir das condicionantes da posição política do escritor, que fora libertário exaltado nas causas abolicionistas e republicanas e agora marchava ao lado dos radicais jacobinos na defesa apaixonada da ditadura florianista, vista como condição

---

<sup>22</sup> JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século*: cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 32.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 15.

necessária para evitar os perigos de dissolução político-civil que rondavam a república nascente. Servindo-se de uma metáfora, MA fala do “abraço rijo” que a política pode dar num “descuidado transeunte” da literatura, tornando-o seu “amante perpétuo”. Mas reconhece que essa é apenas uma meia-verdade que precisa ser complementada pelo fato de Pompéia não ter se apaixonado por força de opção partidária, mas de “uma situação”, agravada pela afinidade “com o sentimento e o temperamento do homem”. Cabe ao estudioso da história tentar delinear objetivamente quais os elementos constitutivos dessa “situação”, no sentido do mapeamento dos traços obscuros de projeção de uma consciência humana no seu desenvolvimento temporal, e, na ausência mesmo de elementos mais concretos, recorrer a fontes intuicionais historicamente delimitadas a fim de conseguir objetivizar os dados de “sentimento e temperamento” aclaradores de uma determinada situação histórica.

Como nos suicídios clássicos, Raul Pompéia também deixou o seu bilhete, no qual desabafa: “À ‘Notícia’ e ao Brasil declaro que sou um homem de honra.” Com isso, ele punha fim a um longo processo de corrosão intelectual marcado por críticas e réplicas violentíssimas estabelecidas em polêmica aberta na imprensa diária. O embate se dava entre os exaltados jacobinos – defensores intransigentes da república forte como elemento capaz de impedir a desintegração do país, como no caso recente da Revolta da Armada, a demandar um dirigente com poderes ditatoriais que eles encarnaram na figura heroicizada de Floriano Peixoto, e que Pompéia defendia ardorosamente em suas crônicas<sup>24</sup> –, e o grupo opositor, que contava em suas fileiras na imprensa nomes como Olavo Bilac, Luiz Murat e Oscar Rosas.

Esses eram críticos ferozes das ambigüidades e contradições que marcavam a carreira do homem público Raul Pompéia, assim descrito pela história literária: “*Sempre nervoso, combativo e querelento (chegou a travar um duelo com O. Bilac), Pompéia fora feito diretor da Biblioteca Nacional em 94; mas o discurso candente que, como exaltado florianista, pronunciou no enterro do Marechal de Ferro lhe valeu a demissão do cargo*”<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> POMPÉIA, Raul. **Obras/escritos políticos**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>25</sup> MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979. p. 191.

Essa situação ambígua do ardoroso amante da liberdade e reformador social, crente nas possibilidades de realização do ideário republicano progressista através da educação dos brasileiros de qualquer raça ou condição social, o que exigia todo o sincero empenho do intelectual de ação, contrastava ironicamente com a figura do intelectual contemplativo e ensimesmado, misógino e cioso da sua intimidade de forma quase doentia, seguro apenas quando imerso na calma placentária do matriarcado familiar. Ao se deixar seduzir pelo abraço forte da musa política, desprezando os cálidos apelos da musa literária, Pompéia vai se posicionar mais como homem público do que como artista total que era, e ao extrapolar os limites seguros de sua imaginária torre de marfim, naufragará naquilo que Jaguaribe chama de “o ridículo de almejar ideais além dos desafios impostos pelas circunstâncias”<sup>26</sup>.

E quando a ação de alguém o expõe ao ridículo, mesmo no caso de um suicídio, um estilista verdadeiro não pode seguir o caminho batido do argumento trágico, único aparentemente capaz de abarcar a desmesura do ato, e vê-se obrigado, como nosso cronista, a analisá-lo criticamente na perspectiva da farsa, na senda do trivial melodrama folhetinesco. O “partidário exaltado” constrói para si um modelo exterior hierático capaz de resistir aos embates da prosa do mundo, mas conserva em si mesmo, em face de um caráter privado frágil, as “ilusões e os nervos” todos, e por isso sucumbe pateticamente, pois para resistir a essa fissura do sujeito seria necessário “perder metade para fazer a viagem mais leve”. Era como se um Pompéia alucinado desejasse alimentar o super-homem nietzscheano a partir da mamadeira poética de Casimiro de Abreu.

O dilema em que se enredara Pompéia não era um mistério insondável para um sujeito com a carga de experiências de MA, sempre atento às renegociações entre as esferas do público e do privado, refletidas nos mascaramentos dos ritos sociais. Planejando uma carreira literária da forma mais cerrada e minuciosa possível, sem contar desde o início com o natural respaldo da parentela ou posição social de origem, tirou dessas limitações inarredáveis a vantagem concorrencial para se autoafirmar logo cedo num meio em que a maioria das pessoas retardava sua formação pessoal pelo travamento da vontade operado no ambiente familiar. Os ônus hereditários que todas as classes favorecidas suportam não pesaram sobre os seus ombros, e coube ao bárbaro mirrado a tarefa hercúlea de transformar essa ausência em estímulo efetivo para a conquista do império da civilização. Pelo

---

<sup>26</sup> Idem, p.28.



menos, é nessa perspectiva que também se cruzam as considerações exaradas pelo aristocrático Joaquim Nabuco ao analisar as vantagens político-formativas que teve seu pai no aspecto educacional, em função de sua orfandade materna.

Para realização desse desiderato cultural de autoeducação, MA vai operar com disciplina estritamente pedagógica e cálculo profissional para uma inserção produtiva no mercado de trocas simbólicas. De acordo com Jean-Michel Massa: *“Os anos 1840-1850 assistiram ao apogeu do sistema patriarcal; para alguns, foram os seus últimos clarões. As classes existiam nesta sociedade como em todas as épocas e em todos os lugares, mas não se tinha ainda nitidamente consciência das diferenças. O sistema era equilibrado e compensado por um certo tipo de vida afetiva, muito brasileiro, de respeito e submissão”*<sup>27</sup>.

Valendo-se dessa situação, e para quem, segundo as vagas informações dos seus biógrafos, apenas cursara o primário em escola pública, MA vai compensar a falta de titularidade com a estratégia eficiente da participação constante nas rodas intelectuais da corte. Aí afeiçou sua natural vocação para a arte da escuta, do escritor capaz de *“ouvir morder na pele do próximo”*. Era o caso da ‘Sociedade Petalógica’, reunião semanal da elite pensante do Rio, onde se discutiam os mais variados assuntos, sob o comando do livreiro e editor Paula Brito. O cronista assim lamentou a morte do protetor e principal agitador cultural da cidade, em 1861:

Paula Brito foi exemplo raro e bom. Tinha fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles.

Era também amigo, era sobretudo amigo. Amava a mocidade, porque sabia que dela é a esperança da pátria, e, porque a amava, estendia-lhe quanto podia a sua proteção.

Em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera, graças ao largo emprego que dava às suas rendas, e ao sentimento generoso que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho.

Nestes tempos, de egoísmo e cálculo, deve-se chorar a perda de homens que, como Paula Brito, sobressaem na massa comum dos homens. (Diário do RJ, 24-12-61, p. 96)

Foi também na Paula Brito que se publicou a Marmota Fluminense, revista de variedades que serviu como veículo das primeiras incursões poéticas e críticas do jovem MA, e onde aos 15 anos trabalhou como caixeiro e revisor. Talento precoce para Jean-Michel Massa, mesmo que *“nesta época não era raro compor e até*

---

<sup>27</sup> Op. Cit., p. 55.

*mesmo publicar versos a partir dos doze ou treze anos*<sup>28</sup>, pois para o neófito “*não havia salvação fora da poesia*”. O jovem autodidata vai procurar ampliar seu limitado horizonte cultural e suprir a debilidade financeira, freqüentando regularmente bibliotecas públicas e particulares, sobretudo o Gabinete Português de Leitura. Aí foram abertas as portas para as culturas lusitana e francesa. O laço lusitano, ele reforçaria com o convívio com intelectuais portugueses aqui radicados, como José Feliciano de Castilho, Augusto Emilio Zaluar (redator do *Paraíba* entre 57-59) e Faustino Xavier de Novais (diretor do *Futuro* entre 62-63), revistas em que colaborou sistematicamente.

Já o lado francês, que ele logo adotou como segunda língua em função das amplas possibilidades culturais e econômicas, em virtude da forte demanda de traduções e por constituir língua franca no Brasil letrado, será representado pelo grupo de emigrados republicanos comandado por Charles Ribeyrolles, organizador da edição do *Brésil Pittoresque*. Com ele MA atualizou-se em termos estéticos e das novas idéias vindas da Europa; com as cantoras e atrizes, aprendeu as artimanhas da mundanidade.

Num aspecto, a valorização do tradicional nos clássicos da língua pátria; num outro, a modernidade estética e ideológica da hegemonia francesa. No centro, o cuidado com uma prática consciente da produção textual, a qual devia abranger os mais variados campos possíveis, indo da poesia, passando pela crônica, crítica e teatro, até atingir o domínio do conto e do romance. O importante era a apreensão das técnicas comuns a cada gênero, lançando mão de todas as possibilidades exploratórias e percebendo as insuficiências.

Esse pragmatismo pedagógico só poderá se realizar se apoiado na força e prestígio dos grupos intelectuais que dominavam o cenário da corte. E ao mesmo tempo que MA aprendia a conviver harmonicamente no universo dos clássicos e dos modernos, também o fazia com o ideário político dos liberais e conservadores do Império, alimentado pelo convívio da petalógica, onde confabulavam figuras como Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Francisco Otaviano e José de Alencar, esses dois últimos também seus protetores e amigos.

Esses fatores se refletirão posteriormente no equilíbrio constante entre tradição e modernidade alcançado pela linguagem de MA, bem como na obsessiva harmonização argumentativa dos contrários em seu texto, o que resultará, conforme

---

<sup>28</sup> Idem, p. 81.

Beatriz Jaguaribe, numa contraditória encenação entre o paradigmático e o excepcional.

Há dessas lutas terríveis na alma do homem. Não; ninguém sabe o que se passa no interior de um sobrinho, tendo de chorar a morte de um tio e receber-lhe a herança. Oh! contraste maldito! Oh! dilaceração moral! Aparentemente, tudo se recomporia, desistindo o sobrinho do dinheiro herdado; ah! Mas então seria chorar duas cousas: o tio e o dinheiro. (Bons Dias, 26-01-89, p. 154)

Nesse caldo de cultura, neste novo tempo de “egoísmo e cálculo” é que se desenvolverá Raul Pompéia e boa parte da nossa intelectualidade de berço, imerso nas novas formas de sociabilidade do II império, marcadas pela ruptura imposta à velha sociedade patriarcal com a proibição do comércio escravista e as novas demandas da economia liberal. O clima de “angústia social” gerado pelas mudanças que se impõem, é o que justifica “o sucesso do folhetim de Sue no Brasil, que pode estar ligado ao medo da escravidão, um medo rural que se estenderá à cidade”<sup>29</sup>.

Respondendo a essa conjuntura, a hegemonia do discurso científico se impõe através da medicalização da vida moderna. O mote da higiene vai contrabalançar os perigos constantes das endemias tropicais ainda sem cura, como tifo, varíola, cólera e febre amarela, que grassavam em meio à falta de saneamento básico na corte, bem como aos receios gerados pelo forte mimetismo social e afetivo representado pela presença escrava, dos malandros, vagabundos e prostitutas, elementos sociais bastante ativos e nocivos à saúde do lar.

A opção civilizadora consistiu na edificação do intimismo familiar, mediante a restrição do espaço de circulação ambiente, em função dos perigos que rondavam a vida nas ruas, como se percebe no empenho educacional instaurado pelo discurso civilizatório das preceptoras e governantas estrangeiras no período. As memórias dessas nossas primeiras orientadoras educacionais, cercadas de consideração como as francesas de que fala Jean-Michel Massa, que “vieram ao Brasil com o fim de instruírem e educarem as jovens brasileiras”<sup>30</sup>, têm como característica fundamental o desejo de transplantação dos ideais civilizacionais europeus para uma sociedade ainda marcada pelos estigmas coloniais. A indispensável aquisição de bons modos, instaurando um reinado da virtude e da cortesia, consistia num

<sup>29</sup> MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 394.

<sup>30</sup> MASSA, op. cit., p. 59.

ideal a ser implementado desde as primeiras letras, como forma de inserção na sociedade letrada. Essas marcas de cidadania, exclusivas da minoria, criavam um cenário urbano que permitia a invenção de novas subjetividades e comportamentos, como se verifica na grande importância dada ao salão burguês como epicentro dos jogos sociais.

Nessa pedagogia de aquário, é o medo que se objetiva através da paralisação do mundo na dimensão estreita do seu confinamento, sendo a vida no internato a confirmação desse sentimento de perda de mundo, onde o vazio da interioridade precisa ser compensado pela prática controlada das trocas sociais. O importante é que a familiaridade ratifique uma relação hierarquizada afirmadora da imutabilidade da ordenação social. Como o modelo familiar é marco obrigatório na composição social, desde a esfera da escola até a vida pública, instaura-se a premência dos contatos primários como sintoma de um narcisismo doentio, ricamente descrito num personagem como Aristarco, para quem a abertura para o social não constituía fator de ordem coletiva, pois não se aplicava a objetos exteriores a ele mesmo.

Uma amostra expressiva dessas contradições do processo modernizador brasileiro, geradas sobretudo no seio das nossas classes dirigentes, pode ser encontrada na atividade epistolográfica de Magalhães de Azeredo em Roma para o seu mentor intelectual MA, comentando as reformas urbanas encetadas pela república nascente:

Dizem-me d'ahi maravilhas dos melhoramentos realmente gigantescos do nosso Rio de Janeiro. Além do muito que ganhamos na salubridade, na dignidade municipal, no lustre estético de uma capital que a natureza fizera tão bella e os homens tão suja, que soberbo exemplo esse da vontade grande, tenaz e fecunda de um homem para a nossa nação ainda tão molle e desfibrada!

(...) Seria necessário também – oh! mais necessário ainda! – dizimar, com boas maneiras, está claro, se bem um tanto enérgicas, mas sem instrumentos letíferos, a gente que costuma freqüentar essa cara e histórica rua [do Ouvidor]; os malandros, os cafagestes de trunfa tímida e gingamento sinistro, poderia bem o velho Passos relegal-os a um quilómetro de distância pelo menos.” (25-08-1905, p. 265/266)

Após quinze anos de iniciação lítero-epistolar é provável que MA se sentisse intimamente frustrado ao constatar a inanidade do seu insinuante apostolado pedagógico, diante do voluntarismo incontido do querido discípulo. Azeredo, lançando mão de um argumento dissociativo, o faz apenas para impor ao auditório a

aceitação de relações hierarquizadas, como no par antitético 'natureza bela' e 'homens sujos', que o anti-romântico radical MA desaprovava resolutamente, por implicar a recusa sistemática do reconhecimento do esforço humano transformador, por medíocre que fosse. Assim também no caso do par classificatório 'nação desfibrada/homem tenaz', pois, lembrando as lições do TA, o valor e qualidade de uma argumentação não se mede unicamente pelo efeito obtido, mas essencialmente pela qualidade do auditório que se consegue ganhar, e para isso é imprescindível o conhecimento das teses e valores admitidos pelo auditório como ponto de partida do discurso do orador.

Operando com argumentos dissociativos pouco eficazes, fica fácil perceber o enorme grau de confusão e obscuridade assumido pela linguagem de Azeredo, quando, ao tentar estabelecer uma nova hierarquia entre o termo valorizado como homens de bem, e o segundo termo rebaixado, referente aos homens suspeitos, busca justificar seu argumento para a retirada da turma de 'gingamento sinistro' da rua do Ouvidor, utilizando-se para isso dos recursos ambíguos da força para dizimá-los 'com boas maneiras'. Para implantar o necessário projeto de urbanização e higienização modernos, não se poderia prescindir da utilização da 'energia suficiente', mas sem recorrer ao brutal expediente dos 'instrumentos letíferos'. O otimismo racionalizador resultante da vontade de poucos homens 'fecundos e tenazes' deve se impor como modelo ideal a toda a nação 'desfibrada', que na sua moleza congênita provocada pela educação insuficiente acabaria por acordar inapelavelmente. Esse entusiasmo pedagógico era o mesmo que permitia a Azeredo vaticinar quatro anos atrás que era "certo que as audazes reformas política e sociaes, decretadas com dois traços de penna em poucos dias, quando em outros paizes exigem séculos, entrarão depois normalmente nas idéas e nos costumes da nação" (20-03-1901, p. 218).

Nada mais distante do uso sistemático do humor e da ironia nas crônicas de MA ante a nossa mania reformista e legisferante, sempre apontadas como superficiais e ambíguas. A crença ingênua do nosso espírito legístico, no sistema regulador como determinante da vida social, foi sempre ridicularizada por seu nenhum efeito prático em relação à esfera dos indivíduos, quando esses não tinham nenhum benefício imediato em vista. Por isso, quando brincava com a construção dos pares dissociativos em seus textos, o fazia pelo claro prazer de montar seus paradoxos no sentido de implodir pelo riso a força homogeneizadora dos

paradigmas dominantes, daí que para ele “as ruas podiam ser de dous modos, ou estreitas, para se alargarem daqui a anos, mediante uma boa lei de desapropriação, ou já largas, para evitar fadigas ulteriores. Eu adotaria o segundo alvitre, mas por uma razão oposta, para estreitar as ruas, mais tarde, quando a população crescesse. É bom ir pensando no futuro” (26-08-94, p. 168).

E pensar no futuro significava para MA entender que a história dos homens consistia exatamente na aceitação e entendimento das contínuas mudanças ao redor de algo que é sempre conservado.

## 2.2 DA NARRAÇÃO, A Dialética do Senhor e do Senhor

Em seu libelo escrito em 1881 no auto-exílio londrino, Joaquim Nabuco procurou fazer uma análise abrangente da escravidão, que segundo ele permeava todos os complexos problemas da sociedade brasileira, contaminando-a de alto a baixo e impedindo o embarque da nação no trem do progresso. Muito além da supressão do cativo e do difícil equacionamento da problemática emancipacionista, cabia aos abolicionistas a tarefa maior de pensar o futuro, “*de apagar todos os efeitos de um regime que há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão*”<sup>31</sup>.

Rebaixando ironicamente o país ao mesmo nível do vizinho, que tinha acabado de ser derrotado numa guerra insana e a quem fora imposto justamente o fim da escravidão como uma das cláusulas do tratado de paz, o liberal aristocrata Nabuco está efetivamente preocupado é com as seqüelas do regime servil na esfera da civitas, através da manutenção de um sistema de privilégios que se estendia a todos indistintamente.

Isso se percebia na esfera política, pela prática personalista e autocrática do governo como meio de suprir o vazio do indiferentismo político consubstanciado na abdicação geral das funções cívicas, ou na própria organização do estado, de matiz marcadamente providencialista e com seu corpo técnico sendo recrutado na base das relações de compadrio. Pior que tudo isso, era a inexistência de uma opinião pública atuante, o que fazia com que os meios educativos fundamentais da cidadania, que eram a imprensa e os livros, operassem no vazio. Para o voluntarista Nabuco, “*o problema que nós queremos resolver é o de fazer desse composto de senhor e escravo um cidadão*” (1949. p.152), e o caminho seguro e inquestionável para atingir tal meta era o da “*educação viril e séria*”.

O que se lamenta é o fato da escravidão ter impedido, em função da rigidez e arbitrariedade no sistema das trocas sociais, a implementação e consolidação entre nós de uma ética do trabalho que permitisse o desenvolvimento de uma consciência de classe necessária para o conjunto dos agentes sociais. Sem isso, não ocorre a criação de um contexto senhorial de dominação dentro dos moldes da organização

burguesa moderna, centrada numa divisão do trabalho em que o patrão se torna o meio afirmativo de uma ordem institucionalizadora de um sistema subordinativo no qual os diversos membros se reconhecem em função dos seus papéis sociais específicos. Essa dificuldade crônica na construção de uma auto-imagem social que corrobore a afirmação do sujeito é o que o cronista MA ironiza em 1893, ante as tentativas frustradas do poder municipal no sentido de legislar em favor da profissionalização e racionalização do serviço doméstico, extinguindo as velhas práticas senhoriais enraizadas nos tempos da colônia:

Enquanto, porém, não me chega o infortúnio, quero o regulamento, que é muito mais a meu favor do que a favor do meu criado. Na parte em que me constrange, não será cumprido, porque eu não vim ao mundo para cumprir uma lei, só porque é lei. Se é lei, traga um pau; se não traz um pau, não é nada. (A Semana, 09-04-93, p. 269)

Cinco anos passados da abolição e da mudança de regime, é como se nem acidentes históricos fossem capazes de mudar as antigas relações de troca de base autoritária. O patrão não se reconhece como patrão, porque irracionalmente incapaz de aceitar a imperatividade legal, ainda mesmo quando em seu benefício. Mas a ironia avança na crônica e se completa com a imaginária descrição da relação laboral segundo o ponto de vista dos empregados:

Quando os criados fizerem os regulamentos, não creiam que sejam tão benignos com os amos. A primeira de suas disposições será naturalmente que toda a pessoa que contratar um criado, pagar-lhe-á certa quantia, a título de indenização, pelo incômodo de o tirar de seus lazeres. A segunda proverá à composição de um pequeno dicionário, em que se inscrevam as palavras duras, ou simplesmente imundas, que os criados poderão dizer aos amos, quando estes achem um copo menos transparente. A terceira definirá os casos em que um gatuno possa perder paulatinamente o vício, servindo a um homem e fumando-lhe os charutos, com tal graduação que, antes de vinte meses, só os fume comprados com o seu dinheiro. (A Semana, 19-04-93, p. 271).

Aqui a perspectiva da relação hierarquizada, essencialmente política de patrão para empregado, do superior para inferior, sofre uma inversão de valores, passando a ser vista mais pelo aspecto cultural, considerando os usos e costumes definidores das relações de trocas sociais, não do ponto de vista do trabalho, mas do seu

---

<sup>31</sup> NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 6.



contrário. Daí concluir o cronista que: “Tudo isto quer dizer que a legislação, como a vida, é uma luta, cujo resultado obedece à influência mesológica” (p. 271).

Ao comparar o problema da lei com a vida, vistos sob o aspecto dinâmico da luta constante entre um sistema normativo que busca sua efetividade através do poder do “pau”, sem o que “não é nada”, dentro da tradição do direito positivo, e do modo como os poderes de fato se organizam para efetivar suas formas de legitimação, fundamentados basicamente na idéia da continuada obediência ao comando e às regras que dele derivam, o cronista apela ironicamente para o meio como fator explicativo para o resultado pífio desse embate, onde o despotismo e o autoritarismo inerentes ao nosso sistema social, ferindo-o de alto a baixo, fazem com que o desequilíbrio de um sistema normativo ineficaz e gerador de um direito impotente favoreça a cisão inevitável com as diversas esferas de poder, todas reduzidas também a poder arbitrário, impossibilitando qualquer tentativa de convivência organizada no sentido de se romper com os fortes laços da velha ordem patrimonial.

Essa incapacidade de reconhecimento na alteridade é uma das mais lamentadas permanências do regime escravocrata e de sua hipertrofiada estrutura econômica baseada no latifúndio, segundo Sérgio Buarque de Holanda, impedindo “qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras”<sup>32</sup>, já que para efetivar-se qualquer esforço dessa natureza teríamos que aprender a renunciar ao nosso persistente narcisismo e à nossa paixão “absoluta pela discussão vazia, pelo formalismo sem conteúdo”.

Ora, é certo que nós não damos para reuniões. Não me repliquem com teatros nem bailes; a gente pode ir ou não a eles; e se vai é porque quer, e quando quer sair, sai. Há os ajuntamentos de rua, quando alguém mostra um assobio de dous sopros, ou um frango de quatro cristas. Uma facada reúne gente em torno do ferido...

Tudo por que? Porque são atos voluntários, não há calendário, nem relógio, nem ordem do dia; não há regimentos. O que não podemos tolerar é a obrigação. Obrigação é eufemismo de cativo: tanto que os antigos escravos diziam sempre que iam “à sua obrigação”, para significar que iam para casa de seus senhores. (A Semana, 29-05-92, p. 41/42)

Ou seja, aquilo que instaura a possibilidade de criação do direito, que permite a efetivação de regras positivas de convivência entre indivíduos e cria uma ordem

---

<sup>32</sup> Opus cit., 1969, p. 57.

social estabelecida com base nas diversas esferas de poder é aqui rebaixado como condição inferior, que carrega de cambulhada tudo o que representava a essência do racionalismo científico, simbolizado pelas marcas e conquistas maiores da civilização – o calendário, o relógio, o regimento. O cronista se refere a um eufemismo, na verdade para negá-lo como figura capaz de amenizar uma afirmação excessivamente dura, obtendo um efeito retórico exatamente contrário, ao considerar toda forma de obrigação como relação de escravidão, e reforçando o argumento com uma metonímia ao designar uma coisa pelo nome de outra que lhe está associada, que não é o trabalho no sentido do idealismo hegeliano, operando em sua ligação com o medo como forma de autoconhecimento e libertação, mas o trabalho como mera relação de dependência e negação dos sujeitos, representado apenas como a “casa dos seus senhores”.

Esse constante trabalho com a linguagem na busca da forma mais adequada para atingir os objetivos específicos que o cultivo de um determinado gênero impõe, seja ele puramente literário (como o romance ou o conto), sejam formas híbridas (como o jornalístico ou o ensaísmo crítico), sejam ainda das menos cotadas (como a processualística burocrático-administrativa ou o gênero epistolar), caracteriza-se em MA pela postura anti-retórica no sentido denegatório da prosa rebarbativa e derramada comum à nossa classe letrada, pelo equilíbrio, clareza e concisão no uso da língua que dá sempre a impressão da total naturalidade, do nenhum esforço. Indo do plano mais geral da historicidade ao limitadamente contemporâneo e social, através da confrontação constante do grave e do enfático com o pequeno e trivial, toma os acontecimentos apenas como pretexto para atingir o permanente que subjaz a todas as coisas e que só se mostra ao auditório atento. Isso tudo pode ser resumido no velho conceito buffoniano de que “*o estilo é o homem*”, na medida em que os discursos que atravessam determinadas épocas são realizados formalmente de modo peculiar e exclusivo a alguns sujeitos, o que tornaria ridícula qualquer tentativa de imitação.

Decorre que uma vez conquistada essa posição privilegiada e altamente valorizada por parte de um intelectual/escritor, de possuir uma “marca registrada”, e ainda mais no caso de um escritor como MA, que fez da busca incessante de um estilo próprio na literatura sua forma privilegiada de reconhecimento social, é evidente que desse bastião ele não mais se afastará e colherá da fama todos os frutos que ela lhe possa dar, podendo inclusive dar-se ao supremo luxo de não mais

ter que apelar para o vezo pequeno-burguês de apor seu nome nas matérias que produzia, quando ele sabia de antemão que o meio social em que transitava lhe garantia autenticidade e reconhecimento. Daí parecer ainda um resquício da tradição do realismo exacerbado posições críticas como a esposada por John Gledson, que inobstante a valiosa reavaliação histórico-crítica do jornalismo de MA, ainda referenda alguns lugares comuns da crítica, como quando, ao tratar do falso problema do anonimato nas crônicas machadianas, especificamente na série Bons Dias!, argumenta:

Quando começamos a compreender as crônicas, as razões para esse sigilo se tornam claras. São textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a Abolição (entre outras coisas). Se não chegam a ser subversivas, também não são crônicas amáveis; mas a verve cômica que as caracteriza também sugere que se tratou de algo além da simples obrigação jornalística. Machado tinha algo a dizer, e iniciou uma nova série com esse objetivo, aproveitando-se da liberdade extra proporcionada pelo anonimato.<sup>33</sup>

O “contundente sarcasmo”, a “visão pessimista e negativa – sobre a Abolição (entre outras coisas)”, são temas recorrentes na crítica machadiana, quase sempre consolidados através de trabalhos centrados no aspecto interpretativo da vida e obra do escritor, com pouco esforço analítico do texto e de seu momento de efetiva realização. É altamente improvável que, em 1888, o hierarca das letras nacionais, funcionário qualificado do segundo escalão do governo e mentor intelectual de boa parte da juventude letrada baseada na capital, sentisse ainda a necessidade do anonimato como forma de ampliar seu espaço de ação. Esse argumento trai o velho hábito psicologista de nossa crítica, vendo MA como o sujeito retraído, tímido e complexado, ansioso de reconhecimento social, e deixa de perceber o intelectual altamente interessado em desmascarar as regras efetivas do jogo social em choque constante com os anseios individuais.

MA não podia ver o jornalismo como “simples obrigação”, tendo em vista que esse era o grande meio de comunicação de massas do período, o veículo ideal para as muitas intervenções que poderia realizar no âmbito cultural, bem como fator de atualização para o escritor curioso – ele leitor compulsivo não apenas de livros mas também de revistas e jornais, sempre de olho no telégrafo e no cais do porto,

---

<sup>33</sup> GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 117.

interessadíssimo em acompanhar os fatos da época e apreendê-los a partir do ângulo do intelectual periférico. Tudo lhe interessava, sobretudo uma fina percepção dos fatos pequenos, aparentemente irrelevantes, que lhe forneciam material para a maior parte das reflexões com que tematizava suas crônicas. As “notícias várias”, os “a pedidos”, os anúncios lhe davam tanto material quanto os grandes fatos políticos e culturais. Era também no espaço do jornal que se davam os grandes embates políticos e culturais e onde os intelectuais procuravam realizar seus projetos tanto pessoais quanto coletivos, como se depreende da variegada correspondência mantida por MA com seus amigos e confrades ao longo da vida; onde se postulava acerbamente desde uma simples publicação de poemas, contos ou artigos ensaísticos até a implementação de uma política de divulgação e fortalecimento da produção cultural brasileira; e era ainda no espaço da sua querida Gazeta de Notícias, de propriedade do ilustrado amigo Ferreira de Araújo, situado na não menos querida rua do Ouvidor, que MA se encontrava regularmente com seus colegas de ofício, tão logo se encerrava o expediente do funcionário público e de onde partiam para as tertúlias literárias costumeiras na Garnier, essa petalógica rediviva, ou nas confeitarias e hotéis da rua famosa.

De mais a mais, a prática do anonimato, das matérias assinadas apenas pelas iniciais ou pseudônimos, além dos trabalhos coletivos, era freqüente no jornalismo brasileiro desde os seus primórdios românticos, e MA a utilizou ao longo de toda sua carreira, mas tanto não constituía uma técnica de acobertamento que o próprio jornal costumava identificar seus colonistas que se valiam de pseudônimos assim que seus assinantes o solicitavam. Mesmo no jovem MA, que poderia ser mais suscetível a determinados constrangimentos, a anonímia não era utilizada como recurso acobertador, pelo que se vê na polêmica travada com um crítico do Correio Mercantil, que sob o pseudônimo de O Caturra, acusou duramente por subversão da moral familiar e instilação de maus princípios sociais ao autor do drama “Confissões de uma viúva moça”, publicado no Jornal das Famílias, revista do editor Garnier, voltada para o público feminino. O autor do texto era MA, que assinava os capítulos apenas com J., mas que, após algumas explicações não admitidas pelo seu opositor, logo se identificou nos “a pedidos” do Mercantil, encerrando a discussão com uma súplica para que o acusador aguardasse a publicação do final do drama, para elaborar um julgamento mais razoável.

MA tinha a paixão da denegação e ocultação dos fatos como técnica para realçá-los, e esse artifício retórico costumava aparecer em suas crônicas através do recurso freqüente a uma citação dos heróis de Tácito – “brilhei pela minha ausência” – , quando ele se punha a comentar algum evento que lhe interessava mas para o qual não tinha sido convidado, ou não estava autorizado. Para ele, o testemunho histórico não era por si só um fator essencial para a correta interpretação dos fatos, e o uso controlado da imaginação era um elemento também qualificado para a compreensão dos processos sociais. Por isso, a crítica interna dos textos constitui elemento valioso, embora não suficiente, para, juntamente com o estudo dos elementos referenciais por eles reconfigurados, inseri-los no movimento da sociedade, mediante a investigação das suas redes de interlocução social.

Todo texto possui uma estrutura típica, com regras de construção que medeiam a expressão do real empírico. É nas articulações das imagens e argumentos que se apresentam os fatores interpretativos relevantes, como no caso das remissões e chacotas freqüentes com Lulu Sênior ou José Telha (pseudônimos de Ferreira de Araújo), com quem MA dialogava na Gazeta desde 1883, ainda no tempo da seção das “Balas de Estalo”. A manutenção da mesma organização formal das crônicas, abusando das citações, repetindo algumas situações, anedotas e fatos já explorados anteriormente, a paixão pelos anúncios e conversa com o leitor, suas ironias com o filólogo pedante e nacionalista Castro Lopes, caçador de barbarismos barbarizado costumeiramente, seu sarcasmo a respeito da homeopatia e do espiritismo, etc., são marcas indiscutíveis do autor das crônicas e são inclusive devidamente anotadas por Gledson na própria edição da série Bons Dias!. Talvez apenas o hábito às vezes excessivo da busca das intencionalidades por parte do historiador social e, ainda que involuntariamente, a paixão pelo velho e desgastado fato político, ao lado da crença em alguns erodidos postulados da crítica machadiana, é que permitam entender a preocupação recorrente com esse segredo de Polichinelo, como se vê em Sidney Chalhoub:

Machado estava criando a partir de uma experiência histórica particular, produzindo um texto de auto-esclarecimento e de atuação. Acima de tudo, ele estava tentando rir de uma situação que o angustiava, e tirando partido de uma circunstância favorável: as crônicas da série “Bons Dias!” eram publicadas anonimamente, e os contemporâneos nunca chegaram a saber quem era seu autor.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 102.

Aqui novamente o argumento é o do anonimato como forma de autodefesa e leva em conta o MA tímido, cidadão refratário e ensimesmado, o insuportável intelectual contemplativo e ausente, na linha do clérigo de Benda. E ao pressupor a ignorância crassa do auditório do cronista, abusa da autoridade do pesquisador ao extrapolar os limites da racionalidade científica e introduzir um mero juízo apreciativo, baseado na mais pura doxa, travestido de juízo de fato indiscutível e pretensamente elaborado em obediência aos rigores do método. Mas a característica fundamental da argumentação, segundo o TA, o contexto mais precioso para a apreciação do sentido e do alcance de uma afirmação reside exatamente na situação da pessoa em interação com o seu discurso, ou seja, ato e pessoa estão sempre relacionados. O discurso como ato do orador é a manifestação por excelência da pessoa, na medida em que esta se utiliza da linguagem potencializando a sua função comunicacional. A pessoa é vinculada automaticamente ao ato (texto oral ou escrito) pelo ouvinte atento, e seu papel tende a aumentar na medida em que as relações intertextuais, as intenções e os fins se aclaram e adquirem importância. Isso constitui basicamente a essência da lógica não-formal na nova retórica, ao contrário da lógica da demonstração formal, onde bastam apenas a integração de enunciados num sistema relativamente rígido e o estabelecimento de critérios interpretativos suficientes.

Essa comutação freqüente no sistema representativo das pessoas do discurso pode ser verificada no escopo universalista e generalizador da ciência, na medida em que se estabelece como um gênero narrativo específico. Na origem, ele se constituiu como desvio em relação à linguagem corrente, ou mesmo à da proto-ciência, ao adotar a impessoalidade como geratriz de uma objetivação que elidisse os ruídos inerentes aos atos comunicacionais. Uma vez normalizado, esse desvio ancestral e desmemoriado só pode ser violado mediante um efeito retórico, onde se demonstre, por exemplo, o jogo sutil e complexo do emprego do plural majestático, sempre deslocado na insuficiente descrição gramatical, pois tanto pode significar uma modesta diluição no anonimato por parte do beneditino que lima, sua e escreve, quanto fornecer uma amplificação orgulhosa do especializado mandarim da cultura.

Interessa que a fundamental solidariedade entre ato e pessoa deve existir não apenas na cabeça do orador, mas também na do auditório, que enfim é quem lhe dá crédito. Por isso, o orador, tendo muitas vezes que assumir o papel de mentor,

daquele que aconselha, repreende, dirige, deve zelar por não provocar em seu público um sentimento de inferioridade e de hostilidade para consigo: é preciso que, mediante o uso consciente e adequado das técnicas argumentativas, o auditório tenha a impressão de decidir com plena liberdade, já que o objetivo é a diminuição da distância ou oposição entre ambos.

Essa mesma relação ato/pessoa pode ser utilizada como modelo da relação mais ampla grupo/membros, só que então a argumentação torna-se ainda mais complexa, porque tratará de noções mais indeterminadas, bastando notar que uma só pessoa pode pertencer a grupos diversos, e que serão os membros, com o concurso dos mais variados argumentos, a própria manifestação do grupo. Mesmo sendo a noção de grupo um elemento argumentativo eminentemente instável e sempre sujeito a controvérsias, ela tem importância capital, pois permite entender como é que, partindo do estudo das atitudes dos seus membros, podemos conceber sua realidade (e, por via reflexa, como outros não membros também o possam), bem como aquilatar o valor dos indivíduos a partir da valoração dada ao mesmo grupo. Ou seja, a interação entre o indivíduo e o grupo pode servir para valorizar ou desvalorizar tanto um como o outro, e seguindo o TA só existe uma técnica de ruptura possível para essa interação entre grupo e indivíduo, a qual consiste na exclusão deste, podendo ser autoprovocada ou realizada por outros membros do grupo ou ainda por terceiros, estranhos.

MA pautou todo o seu projeto literário prestando total solidariedade ao grupo cultivado e burguês com que sempre se identificou, para isso fazendo tábula rasa de seu passado de forma sistemática e cumprindo fielmente todos os rituais de iniciação, mas tendo que enfrentar em contrapartida os problemas suscitados pela inclusão num grupo de que ele não fazia parte, pelo qual às vezes era considerado um aventureiro oportunista. Essa situação dúbia é que será explorada com inteligência e astúcia inigualadas nas letras brasileiras por MA, ao transpor para a forma literária todas as implicações desse processo, no qual um observador estranho, mas que ao mesmo tempo permanece totalmente solidário ao grupo, procura conciliar essas tensões através de um distanciamento calculado na elaboração dos seus argumentos, buscando um pertencimento embasado na clara adesão aos valores externos do grupo, embranquecendo e tornando-se mais fino que os outros, sempre usando a linguagem mais que adequada para evitar o perigo do preconceito e da exceção, garantindo tudo isso através da assunção de uma

representatividade maior que o normal, mas percebendo como estrangeiro disfarçado todas as suas contradições. Por isso o efeito violento e mordaz da crítica machadiana, ao mesmo tempo sutil e dissipador, típico de quem não compartilha todas as opiniões do grupo nem adere a suas teses fundamentais, mas que claramente não quer dele se separar, tradução essa que será realizada formalmente através do uso de dissociações das noções em oposição constante. Sendo assim, o único recurso que resta para explicar um fenômeno dessa natureza é a admissão do seu caráter exceptivo, da vaga adoção do caso único para abarcar esse indivíduo que ao mesmo tempo que valoriza o seu grupo o condena sibilinamente.

Para melhor entender as tramas desse processo complicado de inclusão e exclusão do intelectual no seu grupo, recorro agora à memória da abolição, aqui favorecida já por um relativo distanciamento que permite uma emergente perspectiva histórica. Parto do ângulo diferenciado do cronista Lima Barreto, que do ponto de vista social é um antípoda de MA, ao recusar abertamente todos os traços de pertença ao grupo hegemônico, e produtor também de obra singular:

Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal, a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas...

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folgança e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia. (...) Era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez... Houve barulho de bandas (...) vi a princesa imperial, na porta da atual Prefeitura, cercada de filhos, assistindo àquela fieira de numerosos soldados desfilar devagar. Devia ser de tarde, ao anoitecer.

Ela me parecia loura, muito loura, maternal, com um olhar doce e apiedado. Nunca mais a vi e o imperador nunca vi, mas me lembro dos seus carros, aqueles enormes carros dourados, puxados por quatro cavalos, com cocheiros montados e um criado à traseira.

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos.

Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão.(04-05-1911)<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> BARRETO, Lima. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática; Folha de S. Paulo, 1995, p. 128/129.



Esse trecho é de crônica de Lima Barreto onde ele trata da fugacidade das coisas e da passagem inexorável do tempo, quando lembra o fato de ter nascido a 13 de maio, mesma data da lei áurea, mas que ele ironiza como tendo sido certamente numa sexta-feira, o que lhe sugere a memória infantil da abolição.

A recordação se concretiza através do descritivismo realista típico, quase que compondo uma cena pictórica, narrativa quebrada apenas quando Barreto relembra sua alegria íntima de ter redescoberto o Brasil, em função da alegria pública. O fato político em sua plenitude seria capaz de instaurar a realidade da nação, a integração de todos pela rota da felicidade emancipadora. No final do trecho, o orador chega a duvidar dessa cura de males via alegria, como força suficientemente contagiante para todo o país. Mas logo se assegura que sim, numa inconveniente petição de princípio, que para o TA constitui um sofisma que prejudica o acordo prévio com o auditório, onde o axiomático da consciência da injustiça da escravidão é imposto a todos inopinadamente, sem que o cronista se preocupe em perguntar onde se escondiam as outras forças que retardaram até aquela data a libertação do escravo, quais as razões em jogo, e perceber que havia uma boa parte de consciências que não tinha a menor vontade de festejar. Povo também, mas outro povo.

O sujeito sofrido, inadaptado ao mundo e carente de salvação que foi Lima Barreto, aparece inteiro na descrição obsessiva da Princesa Isabel como imagem mitificada da mãe protetora, cercada dos filhos e imersa num clima feérico de conto de fadas, na simbologia clássica dos cavalos, lacaios e carruagens de ouro.

Mas o que se ressalta da memória do cronista é saber que já na década de 80 a realidade do escravo definhava no panorama do Rio de Janeiro, abrindo caminho para as novas modalidades de relações sociais na corte, criando o cenário para a *belle époque* tropical da virada do século. Nela viveu e sofreu Lima Barreto, talvez porque ainda preso aos fortes laços do ideário naturalista, o que explica o argumento ingênuo de não haver se impressionado com a escravidão por não ter “conhecimento direto da vexatória instituição”. E o conhecimento indireto das seqüelas provocadas pelo regime servil na nossa organização político-social é o que vai certamente levá-lo à bebedeira e à loucura, formas atenuadas do suicídio, e o que impediu a realização plena de um escritor brilhante.

Agora o relato de MA, passados apenas cinco anos da grande data:

Ontem de manhã, descendo ao jardim, achei a grama, as flores e as folhagens transidas de frio e pingando. Chovera a noite inteira; o chão estava molhado, o céu feio e triste, e o Corcovado de carapuça. Eram seis horas; as fortalezas e os navios começaram a salvar pelo quinto aniversário do Treze de Maio. Não havia esperanças de sol; e eu perguntei a mim mesmo se o não teríamos nesse grande aniversário. É tão bom poder exclaimar: “Soldados, é o sol de Austerlitz!” O sol é, na verdade, o sócio natural das alegrias públicas; e ainda as domésticas, sem ele, parecem minguadas.

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. Essas memórias atravessavam-me o espírito, enquanto os pássaros trinavam os nomes dos grandes batalhadores e vencedores, que receberam ontem nessa mesma coluna da *Gazeta* a merecida glorificação. No meio de tudo, porém, uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual? (A Semana, 14-05-93, p. 292/293)

Como em Barreto, a memória de MA sobre a abolição coincide na descrição do grande dia, resumido no delírio público contagiante sob a luz do sol tropical. Aqui ele recorda o evento estabelecendo um contraponto com a natureza, e de acordo com sua técnica narrativa já apurada, recusando a descrição pitoresca típica dos adoradores da cor local. A natureza comparece fundida à reflexão do cronista, como num processo de contaminação psicológica. A chuva lava a memória solar do grande dia, e a paisagem nublada se superpõe ao fato histórico, e por extensão às pessoas, numa técnica de transposição da natureza no personagem que será utilizada posteriormente pelas artes visuais para criar um comentário imediato à cena. Essa contaminação do motivo central da crônica disfarçado no jogo de claro e escuro, onde a ausência do sol que imperou no dia da abolição implica na tristeza indefinível da reflexão sobre o 13 de maio cinco anos depois, resume o comentário dispensável do cronista sobre o fim do delírio coletivo e o conseqüente entorpecimento da “sanidade habitual” do espírito público.

O que MA se pergunta, e nisso ele enreda o auditório numa única frase, é onde estava o povo neste exato momento em que o sol da liberdade não conseguia reverberar seus raios fúlgidos, e, por extensão, quem efetivamente se beneficiava com o fim da escravidão, fazendo a crítica do alheamento público quanto aos fatos políticos essenciais para a definição do seu destino.

### 2.3 DA NARRAÇÃO, O Enraizado Homem Cordial

O conceito de cordialidade, elaborado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, tem sido freqüentemente malbaratado pela sua utilização num sentido marcadamente ético, ligado quase sempre às boas maneiras e civilidade, à postura afável do caráter brasileiro como forma ordinária de convívio social, apesar de seu autor afirmar com clareza que ela é no fundo o contrário da polidez. A cordialidade não passaria de uma simples estratégia de defesa do nosso individualismo extremado ante os imperativos e exigências da vida comunitária, encarnados na racionalidade do Estado e no império das ordenações impessoais e gerais sobrepostas aos particularismos inerentes aos grupos fechados, dos quais o círculo familiar seria o mais forte.

No fundo, a cordialidade do brasileiro se dá como mascaramento, como disfarce para a sua incapacidade de viver consigo próprio, assumindo-se apenas como um “*viver nos outros*”, através da adoção de uma “*moral social de superfície*”. Incapaz de resistir aos formalismos e ritos sociais estritos, o brasileiro contraditoriamente está sempre ansioso por quebrar as demarcações rígidas dos papéis sociais em proveito de uma ética da simpatia que possibilite a diminuição das distâncias através do estabelecimento prévio de relações de intimidade. E isso vem marcado de forma precisa na sua linguagem pelo uso corrente dos diminutivos, do apelido e dos nomes próprios em lugar do tradicional nome de família.

É esse horror às distâncias e às demarcações nítidas dos papéis sociais que vai deixar sempre numa eterna zona de sombras a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado. Para o autor, essa marca paternalista advinda da colônia continuava ainda forte no séc. XIX, alimentada pelo cacoete organicista do nosso romantismo, que insistia em ver o Estado como uma ampliação natural do círculo básico familiar. Na realidade, o fortalecimento do estado é antes fruto da transgressão da ordem doméstica, e a eliminação gradual dessas antigas fontes competitivas representadas pelo domínio paroquial dos proprietários, em proveito de um centro de poder nacional suficientemente forte e racionalmente organizado. Esta é a base do processo histórico de desenvolvimento das democracias liberais, que se

consolidaram através da desagregação contínua dessas antigas solidariedades marcadamente localistas.

No Brasil, a força absoluta da família patriarcal será abalada inapelavelmente com a quebra do monopólio lusitano do tráfico negreiro na metade do séc. XIX, que consistirá no marco divisório da decadência da nossa civilização agrária, quando um enorme capital outrora imobilizado na aquisição de mão-de-obra escrava pode agora ser investido em novas forças produtivas dentro do ideário liberal. É o que se vê na expansão do setor financeiro (bancos de fomento), comercial (sociedades anônimas), transportes (estradas de ferro), tecnológico (telégrafo) e gráfico (jornal e livros), gerando tensões incontroláveis entre uma tradição paroquial sustentada na noção do dever e dos afetos e as forças modernizantes cosmopolitas, movidas mais pelo interesse e pelas novas idéias. Essa agenda liberal modernizante foi aqui implementada apenas parcialmente, especificamente no seu aspecto econômico de corte tipicamente inglês, não sendo acompanhada pela correlativa implantação dos valores democráticos tão caros ao liberalismo político francês ou americano. Sem a negação da antiga ordem colonial, ficou preservada a representação autarquizada dos grupos do velho poder agrário em sua vocação autoritária, mantendo-se, como desde os primórdios da colônia, suas solidariedades através dos princípios da obediência e devoção filial.

Quanto aos protagonistas do nosso processo colonizador, Fernando Uricoechea<sup>36</sup> reconhece a existência de dois padrões explicativos: um centra-se na adoção do monismo administrativo via estado monárquico forte, onde o elemento público comparece como índice da centralização colonial, já que é dele que emana o poder aqui exercido pelas forças locais; outro centra-se no critério do autonomismo administrativo, que fazia do proprietário privado a causa básica e força centrifugadora dos interesses particularistas se impondo por toda a comunidade. Uricoechea, no entanto, opta por abordar essa problemática segundo um padrão explicativo mais complexo, admitindo a participação ativa desses dois elementos (central e local), considerados no âmbito das suas influências recíprocas e acomodações mútuas.

Segundo o autor, o que muda essencialmente com o século XIX é o fato de que a sociedade agora sente claramente a atração de um passado e a emergência

---

<sup>36</sup> URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

de um projeto, projeto esse que só poderá ser realizado a partir da criação de um aparelho estatal adequado às necessidades da sociedade pós-colonial, capaz de superar as velhas forças estruturais mantenedoras da ordem agrária patrimonialista e seu personalismo dissolvente, que faziam da administração pública simples extensão da esfera doméstica. Urgia ocupar o vácuo deixado por um poder central fiscal e militarmente impotente, que cedera o monopólio técnico dos meios administrativos, juntamente com os meios de produção econômica, ao controle de uma classe aristocrática que na realidade sempre procurou agir em perfeito comensalismo com o poder real.

A assunção dessas funções administrativas sempre se revestiu do caráter de prebenda, naquilo que a teorização weberiana denominaria o tipo do “*funcionário patrimonial*”. Este era escolhido fundamentalmente na base da confiança pessoal, independentemente de capacitação técnica, não distinguindo na própria gestão política a esfera do público da do privado, e por isso mesmo, quase sempre infenso à objetivação dos direitos e obrigações como garantia jurídica aos cidadãos. Essa prebendalização da administração real, que impedia a emergência do “*funcionário burocrático*” – que, ainda seguindo a tipologia weberiana, é condição indispensável para a realização do projeto liberal de formação do estado moderno –, foi também o que acelerou a transformação do latifúndio em trampolim do poder local, ressaltando o autor que:

O desenvolvimento da administração burocrática racional teria sido, de qualquer maneira, tão exótico como a extinção espontânea do privilégio e do arbítrio. Um princípio burocrático de coordenação social, com sua insistência na objetividade e na universalidade, só poderia florescer no interior de uma sociedade familiarizada com as mediações institucionais de organizações contratuais preocupadas com o cálculo racional.<sup>37</sup>

Graças a essa crônica fraqueza fiscal e militar do governo, inobstante o fato político da independência, o Brasil do século XIX avançou contra a corrente liberal, aumentando ainda mais o processo contraditório de prebendalização dos cargos públicos, pressionado que era pela força das bases privadas da administração, mantendo uma burocracia patrimonialista carente “*de um uso sistemático e tecnicamente (econômico) eficiente dos recursos à sua disposição*”<sup>38</sup>. Porém, um fato importante, segundo o autor, era que essa dificuldade na criação de uma base

---

<sup>37</sup> Idem., p. 37.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 95.

formativa estatal racionalizada no séc. XIX não se devia necessariamente à prebendalização administrativa, mas sim à falta de um estrato ou estratos locais com força suficiente para lutar por uma regulação menos particularista e irracional, capacitados para criar um campo de forças que estatuisse a prevalência do contrato nas relações laborais e na aplicação da justiça. Essa ausência não surpreende quando se levam em conta as frágeis formas de solidariedades possíveis dentro da organização social da colônia, limitadas ao escravo em situação de anomia, com a única possibilidade da rebelião, e ao estrato dos homens livres (criados, artesãos e colonos) fracamente articulados e em dependência direta do poderio senhorial.

No entanto, as demandas próprias do liberalismo moderno, com ênfase no mercado e no individualismo, como se percebia pela forte mobilidade do emergente capitalismo agrário e pelas tensões advindas do “erro histórico” da guerra do Paraguai, lastimado por Joaquim Nabuco, forçaram o velho estado patrimonial a se transformar ante as exigências do novo estado burocrático, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando um núcleo administrativo baseado na corte, composto por funcionários assalariados e com funções definidas sistematicamente a partir de um recém-criado conjunto de cânones substantivos e imperativos de organização, absolutamente distintos daqueles que vigoravam na esfera privada, progressivamente irradiará sua influência sobre a periferia provincial, em radiação e tensão constantes em face das antigas solidariedades mantidas pelos poderes locais.

É nessa intersecção de um estado que precisa criar suas condições efetivas de existência através de uma burocracia moderna, tangido pela racionalidade administrativa, em mediação constante e agregando solidariedades advindas de um poder local imerso num pragmatismo irracionalista e acostumado às tomadas de decisão “ad hoc”, que uma boa parcela daqueles estratos intermediários, que não tinham laços de aristocracia ou de proteção, mas que também não estavam presos à situação sem perspectivas do escravo, encontrou no espaço da burocracia estatal a privilegiada possibilidade de afirmação social. A falta de titulação e de parentela, de dinheiro e de poder grupal foi compensada com uma consistente capacitação técnica e forte letramento, duramente adquiridos através de um auto-esforço consciente, quase ao revés de um estado ausente e descumpridor de suas obrigações básicas no tocante à promoção social do cidadão, sobretudo no aspecto educacional. A estratégia era encarar a burocracia como objetivo ascensional, não

como mero encosto ou alternativa, e, transigindo com a inépcia e filhotismo comuns ao estado patrimonial, criar um pertencimento a um núcleo forte de competência que possibilitasse o funcionamento racional do estado.

O quadro geral da educação na capital em 1847, dá bem a idéia do grau de dificuldades que se antepunham a esse grupo emergente, pois conforme os dados levantados pelo deputado Francisco de Sales Torres-Homem na defesa do seu projeto de instrução pública, para uma população livre de cerca de 100 mil habitantes na corte, havia apenas 25 escolas primárias públicas (sendo 17 para meninos e 8 para meninas), as quais não atendiam nem 10% das crianças em idade escolar. O ingente esforço pela democratização e atualização do ensino aparecia até na necessidade de criação de um novo liceu que preenchesse o vazio institucional não ocupado pelo colégio Pedro II. Jóia da pedagogia da coroa, fora criado em 1837 para fortalecer o ensino das humanidades em nível secundário, mas era o retrato vivo das incríveis distorções provocadas pela confusão entre os interesses públicos e privados. Segundo o deputado:

O Colégio Pedro II conserva ainda o caráter de um estabelecimento particular, o que se vai criar é uma escola pública. Aquele colégio foi fundado especialmente para receber internos; e o liceu será um externato. A instrução do primeiro é inteiramente paga, a do segundo é quase gratuita.<sup>39</sup>

Diante dessas alternativas estreitas, é notório que o modo de ascensão desse grupo emergente demandaria estratégias e artes de equilibrista em corda bamba, exigindo um planejamento total e seguro para a obtenção de sucesso social, não deixando escapar um mínimo detalhe, indo desde a escolha criteriosa do casamento, das relações sociais escolhidas a dedo, do cálculo tipicamente liberal no cuidado da educação dos filhos até detalhes como a indumentária elegante ou a arquitetura da casa. Adequação era a sua palavra de ordem, transigindo para não chocar, e modernizando para sobreviver.

Esse figurino rigoroso pode ser representado à perfeição na figura de Antônio Nicolau Tolentino, um “self-made-man” que saiu da obscura origem humilde e através do domínio da técnica administrativa pública tornou-se um autêntico representante do poder burocrático, chegando a ocupar posições de importância na estrutura do governo, como inspetor da Alfândega, comissário imperial no Uruguai,

---

<sup>M</sup> MARTINS, Wilson. Op. cit., vol. II, p. 333.

inspetor do Banco do Brasil, presidente da província do Rio de Janeiro, presidente da Caixa Econômica e diretor da Academia de Belas Artes, sempre chamado para tentar fazer e implementar as reformas de base de que o estado moderno carecia. Dele, Antônio Cândido traçou um perfil biográfico-cultural, delineando os elementos essenciais para a ascensão social desse tipo:

Combinar os extremos, adotar padrões sem sacrificar a consciência mais do que o indispensável, usar os recursos penosamente ganhos: instrução, casamento, confiança dos chefes, relações certas. Como forma, revestir-se de uma aparência que impusesse respeito, compensando a insignificância social da origem graças às marcas da origem “boa”: maneiras “fidalgas”, sentimentos “nobres”, gestos “elevados”, aspecto “superior”.<sup>40</sup>

Se abstrairmos a figura de Tolentino, substituindo-a pela de MA, a descrição se encaixa como uma luva: ele também vai ter uma ascensão constante nesse emergente estado burocrático, iniciando como simples primeiro oficial da secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passando a chefe de seção e atingindo por fim a Diretoria Geral, sempre cioso da distinção entre a esfera pública e a privada, sem permitir que o papel social do burocrata entroncasse com a esfera familiar ou seu projeto cultural específico. Nesse período de atividade administrativa de MA, quando o aparelho de estado definia seu *modus operandi* em intermediação tensa com grupos privados – o que retardou sensivelmente a legitimação da autoridade estatal com o fortalecimento da posição do grupo patrimonialista agrário –, consolidava-se em contrapartida uma consciência racional legal como princípio desenvolvimentista, mas o fato de tal ordem burocrática se apresentar sempre permeada de valores políticos alheatórios contribuiu para enfraquecer o processo de eliminação do cancro do particularismo e da arbitrariedade nas estruturas administrativas de governo.

Sobretudo na segunda metade do século, a estrutura social brasileira se abria num ritmo febril às tendências transformadoras, como se notava pelo movimento de expansão das agências governamentais em direção à periferia da comunidade política no sentido da criação de uma rede burocrática nacional, mediante o estabelecimento de uma rotina institucional para a organização do estado moderno, substituindo a velha ordem patrimonial e forçando a consolidação e

---

<sup>40</sup> CÂNDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2002, p. 183.



institucionalização de uma nova normatividade, capaz de fundamentar e validar a rotina administrativa e os processos decisórios. Esse processo racionalista e atualizador vai começar a sofrer os seus primeiros choques de realidade, como se pode ver na reação surda ou ostensiva de grupos marginalizados pelo irresistível projeto progressista burguês, embasado na noção abstrata do cálculo racional e na implantação de um sistema de leis universal e standardizado. Esses conflitos de interesses se materializarão em insubmissões populares como as do quebra-quilos, as quais se acirrarão posteriormente com a implementação das reformas urbanísticas modernizantes, e nas campanhas de higienização impostas pela república nascente.

Uma outra permanência fundamental na sociedade brasileira e que também é fruto da prebendalização da administração colonial, via senhor de terras, reside no fato pouco anotado da sua militarização precoce. Ao contrário da colonização espanhola, não tivemos, nem na colônia nem no império, uma política de profissionalização militar, sendo necessária a constante convocação e criação de grupos de milicianos civis que eram rotineiramente chamados a defender a terra ou garantir a ordem em nível local, ante qualquer ameaça externa ou interna. Isso criou um terreno propício para a implantação de uma ideologia oficial, mesmo que mais difusa no império e na república, da mobilização comunal como mantenedora da ordem política, o que deixava o campo aberto para todo tipo de negociações sociais, centradas na força dos poderes localistas, que procuravam manter suas solidariedades através da regra de ouro da obediência e da dependência irrestritas, tendo por corolário o núcleo familiar.

O perigo desse espírito mercenário da nossa sociedade civil militarizada é o que transparece do posicionamento de Joaquim Nabuco ao recusar a retomada de sua carreira política como contributo para a consolidação do novo regime:

Para mim não era objeto de dúvida que no dia em que abandonássemos o princípio monárquico, permanente, neutro, desinteressado e nacional, teríamos forçosamente que o substituir pelo elemento que oferecesse à nação o maior número daqueles requisitos, e esse era exatamente o militar. A prova está aí patente. No dia em que se fez a República viu-se a nação pedindo o governo militar, para salvar a sua unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo ao outro do país, isto é, nacional, e para conservar um resto da antiga tolerância, por ser o exército superior às ambições pessoais em que se resume a luta dos partidos, a qual sem a monarquia teria barbarizado o país. Estranho como isto pareça, o governo militar é, nos períodos em que o exército se torna a única força social e

adquire consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar, assim como a monarquia era o único meio de abafar o monarquismo, que desde o próprio Bolívar até hoje sobrevive no sangue depauperado das nações americanas.<sup>41</sup>

Pelo raciocínio de Nabuco, o que lhe interessava na monarquia era a noção do princípio moderador do governo, e não necessariamente o regime político. O princípio monárquico, por ser um poder que exerce sua ação de forma imparcial e desinteressada, é o elemento catalisador das energias dispersas da nação desfibrada. Ele funcionaria como válvula de escape e centro amortecedor da perigosa partidarização política, movida apenas pela ambição pessoal e por isso incapaz de representar a nação de forma integral. A monarquia aparece como um elemento racionalizador e agenciador da unidade e do equilíbrio, por constituir um modelo universalizável, capaz de se espalhar por todo o território e sobrepor-se aos interesses particularistas dissolventes.

Com a república, as demandas federalistas exacerbam as lutas políticas e ideológicas, e a única instituição capaz de preencher as condições de controle exigidas pelo estado moderno será o exército, agora equiparado ao princípio monárquico, em função de estar organizado profissionalmente e exercendo sua ação garantidora da unidade de forma racional e hierarquizada.

O paradoxo da argumentação de Nabuco reside exatamente nesse ponto: ao mesmo exército que fora chamado para derrubar a monarquia, suprimindo a ausência ou fraqueza dos movimentos sociais efetivos, cabia agora a função tutelar do novo regime, como forma de evitar a barbarização da pátria. Essa situação é ilustrada por um *distinguo* em que o exército surge como a “única força social” capaz de impedir o militarismo dos nossos “exércitos políticos” desorganizados. Da mesma maneira que a monarquia tinha sido o meio eficiente de evitar o monarquismo, leia-se aí a vocação autoritária e personalista inscrita no “sangue depauperado das nações americanas”, numa tradição iniciada pelos primeiros libertadores.

Entre os elementos que compuseram o grupo de correspondentes mais íntimos de MA, como Magalhães de Azeredo, Mário de Alencar, José Veríssimo e os irmãos Lúcio e Salvador de Mendonça, Joaquim Nabuco, pelo corte aristocrático cosmopolita, espírito liberal progressista e amante da tradição, é quem mais se aproxima da cosmovisão de MA. Nessa interlocução é que se podem vislumbrar um

---

<sup>41</sup> NABUCO. Op. cit., p. 63.

maior número de idéias comuns e menos presas ao formalismo comedido do cronista. Antecipando as preocupações políticas de Nabuco, e numa época em que o narrador ainda não praticava a dissimulação como regra de ouro, ele assim construía um auto-retrato dirigido à opinião pública, “regina del mondo”:

E peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais alumiou...  
Não freqüento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. (Diário do RJ, 05-03-67, p. 400)

Na medida em que o fator parentesco não consegue mais agregar essas antigas solidariedades, ele será paulatinamente substituído pela partidarização como o novo elemento capaz de estabelecer as necessárias mediações entre interesses locais e centro político. A figura chave para essa função de algodão entre cristais residirá na pessoa do bacharel, tipo acabado da educação brasileira, síntese perfeita porque altamente produtiva para realizar o ingente esforço de acomodação entre interesses das ordens privada e pública, mantendo o instável equilíbrio entre o arcaico e o moderno. Eternamente desejoso de consenso, o bacharel, diante das novas exigências e interesses do mundo moderno, mostra-se incapaz de romper com os laços fortes do poder do pater família. No receio constante de cortar o cordão umbilical, encontrará na paixão do partidarismo cego a força capaz de guiar, a si e a todos, para o regaço apaziguador do pai da pátria. Essa vocação filial será seu emblema, e seu objetivo precípua é mantê-la; sua missão é zelar por ela e fazê-la espalhar-se por todos os setores, mesmo que isso implique a negatividade absoluta dos sujeitos.

Imerso na prática das relações de favor e de tutela, o bacharel constituirá um verdadeiro tipo social caracterizado pelo empenho em reduzir ao ideal identitário todas as outras possibilidades e manifestações divergentes. Ele articula em sua pessoa e ações a santíssima trindade das manifestações do poder político através da partidarização alheada da representatividade, da positivação do direito que define para a sociedade o conjunto das relações possíveis na esfera jurídica, e da imposição de um saber qualificado pertinente a um grupo detentor dos conhecimentos tidos como adequados. Por representar o imperativo da racionalidade administrativa, facultado exclusivamente aos gestores do complexo

social, seja na esfera política, seja na tecnocrática ou cultural, credencia-se para negar todas as práticas participativas que não se enquadrem em seus modelos e que ameacem abalar os esteios da nação indivisa.

Esses saberes universalizados só neutralizam eficientemente as dissonâncias numa sociedade em que seus membros já se encontrem historicamente reduzidos à mera condição de objetos da organização burocrática, quando a consideração das práticas cotidianas de sujeitos determinados pode ser substituída por uma normalização racional e técnica elaborada para sujeitos a determinar. E isso se faz por intermédio da negação satisfeita das possibilidades de autonomia em todos os níveis, isto é, da não afirmação dos sujeitos éticos, políticos e sociais capazes de agir e responsabilizar-se pelo seu destino de interpretantes, conhecedores e transformadores das regras e normas que os constituem no curso da história.

No vácuo dos sujeitos, fornecendo um mínimo de consistência a esses homens reduzidos à mera condição de objetos sociais, penetra com inegável sucesso o discurso substitutivo das ciências, como forma ancilar de vida. Isso se deu na época com a psicologia, que fornecia todo um inventário de taras e desvios de que se serviu estrepitosamente a estética naturalista para fundamentar suas teses explicativas. O mesmo ocorre com a empiria grosseira do rol de fatores sociológicos que demonstravam os ingentes problemas da “raça”, e preponderantemente com o discurso médico, que apontava o caminho seguro onde esses rebotalhos históricos poderiam situar seus corpos e a própria natureza.

Mesmo sendo considerado por Josué Montello um “*mestre na arte sutil de conduzir a própria glória*”, MA também se viu envolvido nas tramas infernais desse processo racionalizador que se impunha inapelavelmente às ações dos sujeitos, por mais que ele conhecesse seus meandros e tivesse tomado as devidas precauções. Ele, que fazia parte do grupo pioneiro dos funcionários burocráticos criador de uma base mínima para a administração pública moderna, viu-se engolfado em uma das primeiras reformas administrativas da república nascente, que lhe retirou as prerrogativas oficiais conquistadas com denodo e mérito incontestes. Em obediência aos princípios racionalizadores do moderno discurso técnico-administrativo, que prescrevia a exigência da titularidade para ocupação dos cargos de chefia, foi colocado em disponibilidade na reforma da secretaria de Viação, em 1897.

Para quem via na pertença a uma parcela do poder público um símbolo absoluto de realização pessoal, isso devia representar duro golpe, como se percebe

na reação irada do seu pupilo Magalhães de Azeredo, para quem a desrazão da exigência dos diplomas era “*como se a prática e o serviço consciencioso de muitos anos não valessem mais que elles*” (Azeredo, 02-01-97, p.167). MA que até da epistolografia fez um gênero anticonfidencial, nessa hora teve que ceder um mínimo ao confessionalismo e tratar a contragosto desse assunto de caráter pessoal:

Pelo que me toca pessoal e administrativamente, agradeço-lhe as palavras de *sympathia* que me mandou à cerca do resultado da ultima reforma da Secretaria e da posição em que fiquei. Ouso crer que não houve justiça, mas as injustiças, meu querido amigo, se não fossem deste mundo, donde seriam? Só se esta mesma idéia não existisse e ella existe, logo a cousa também, e pois que a cousa existe, hade estar em alguma parte. Consolome reflectindo que podia ser peor, e escapar ao peor dos males é já meia felicidade. Contar-lhe a minha vida administrativa seria, além de lhe tomar tempo, tomal-o às letras, que por si mesmas não dão desgostos, e muita vez os fazem esquecer ou minorar.” (Azeredo, 10-05-98, p.148)

Ante a emoção exagerada do amigo, talvez desproporcional ao assunto, MA procura usar uma técnica de atenuação característica do seu discurso, a fim de passar uma impressão favorável de ponderação e sinceridade, o que concorre para afastar a idéia de que seus argumentos não passam de mero expediente pessoal. Ele procura atenuar sua decepção através do emprego da litote, figura que permite ao orador reduzir a violência da palavra injustiça como artifício argumentativo autoavaliativo e lisonjeador, adotando para isso a forma perifrástica dubitativa do “ousar crer que não” como meio de retardar o uso excessivo do prefixo denegador. Sendo uma figura característica do etos, apta para mostrar o orador modesto, prudente e comedido, a litote funciona exatamente no sentido contrário da hipérbole denunciadora da injustiça, possibilitando a emergência de figuras da ordem da insinuação, do eufemismo, da reticência, e sobretudo da ironia, marcas estilísticas do cronista. Esvaziando a linguagem através da autonegação dos conceitos em jogo, conclui pela constatação inequívoca da concretude da injustiça, tarefa deixada arditamente a cargo do auditório, que se encarrega de localizá-la no espaço exclusivo da Secretaria.

Todo o problema da literatura de MA consiste no absoluto equilíbrio de uma expressão que apresenta uma carga máxima de criticidade, mas que concomitantemente carrega em seu bojo todas as marcas do bom comportamento. Por isso a ironia final repõe as coisas em seu devido lugar, cabendo ao orador

consolar-se com “meia felicidade” apenas, já que a realidade cruel aponta quase sempre para um destino pior. De fato, para ele o refúgio seguro está no cultivo permanente das letras, que constitui o lugar privilegiado em que a língua pode se desnudar das suas relações de poder, e onde o sujeito pode afirmar sua liberdade sem se preocupar em constranger a outrem.

É essa liberdade fundada na autonomia da ação dos agentes históricos que será recusada terminantemente pelo espírito analogístico, em seu horror a qualquer forma de expressão que não se coadune com a necessidade de homogeneização social como garantia do progresso e da ordem. Numa sociedade historicamente militarizada, condicionada a marchar em ordem unida e a se comportar como objeto social formador de quadros que sustentam e justificam as decisões dos poderes localistas, resta aos sujeitos dispersos na imensidão de um espaço variegado se anular na heteronomia de suas práticas.

O bacharel é o avatar desse paroquialismo prebendalista colonial, e sua figura aqui não se restringe apenas ao profissional do direito na sua função hegemônica dentro dos quadros educacionais superiores. Ele se materializa em todas e quaisquer áreas geradoras de um saber especializado, que o credencia para se fazer reconhecer e impor-se como controlador do livre jogo dos grupos e facções mediante tutela. No campo político, esse privilégio redundou num sectarismo desenfreado, ao passo que no administrativo consubstanciou-se na paixão do formalismo hermético como forma denegadora do diálogo e do debate dissolventes.

Nessa perspectiva pode-se anotar a presença marcante dos bacharéis da medicina no campo da educação e da literatura no período, por ser aquela a ciência portadora de um saber pedagógico iluminado capaz de abordar racionalmente a imensa gama dos fatos sociais. Como a sociedade equiparava-se a um corpo ou organismo com sérios problemas e debilidades para curar, cabia ao instrumental rigoroso da ciência médica perscrutá-la na busca da gênese dos fatos sociais que lhe prejudicavam o bom desenvolvimento. E o caminho da salvação será obstinadamente o da educação, assumida como panacéia capaz de liquidar com o nosso melancólico sentimento de inferioridade ante o mundo civilizado, livrando-nos da pecha de ser um “país de bisonhos”, como afirmava o Dr. Pinheiro Guimarães

nas suas análises sobre o ensino público<sup>42</sup>, e revelando-se na polivalência do também Dr. Afrânio Peixoto, que já havia receitado para a nossa literatura o rótulo de 'sorriso da sociedade', e agora via a educação como a 'saúde da sociedade', a ser promovida desde a mais tenra infância.<sup>43</sup>

Se no plano político a figura do bacharel identifica-se com a do conciliador, no intelectual se cristaliza na paixão do ecletismo, termo que na época não carregava necessariamente uma conotação negativa, sendo antes signo do esclarecido, do portador bem dotado do encanto verbal capaz de justapor de forma assistemática as mais variadas idéias e temas, com o único proveito de impressionar o auditório. Espírito altamente adaptável porque desprovido de princípios rígidos que norteassem a sua ação, podia prescindir de qualquer recurso a suportes teóricos consistentes em proveito da altissonância verbal como marca funcional da ausência de idéias. A sua forma clássica de ser reside na esperteza de agradar a poucos enganando a maioria, e por isso não se prende a abstrações ou normas de conduta estritas quando tem que resguardar os interesses do compadrio.

MA sempre se mostrou muito sensível às peripécias verbais e psicológicas desse tipo social, que acobertava a sua inabilidade e paixão pelo poder usando e abusando do brilho fácil do retoricismo vazio:

(...) pela segunda vez, acabo de ler em Cleveland a palavra *paternalismo*. Não sei se é de invenção dele, se de outro americano, se dos ingleses. Sei que temos a coisa, mas não temos o nome, e seria bom tomá-lo, que é bonito e justo. A coisa é aquele vício de fazer depender tudo do governo, seja uma ponte, uma estrada, um aterro, uma carroça, umas botas. Tudo se quer pago por ele com favores do Estado e, se não paga, que o faça à sua custa. (...) a ciência política há de descobrir um processo de conciliar, nestas matérias, todos os Capitólios e todas as Casas Brancas. O que não impede que incluamos *paternalismo* nos dicionários. Adeus, leitor. (A Semana, 19-07-96, p. 232)

Brincando com a velha querela medieval entre regalistas e nominalistas, o cronista reivindica para o universo da língua aquilo que na sociedade é fato concreto. Se a linguagem é um reflexo do real, então a coisa tem que aparecer nos dicionários, nem que seja por obra da criação arbitrária do orador. No entanto, é

---

<sup>42</sup> GONDRA, José (org.). No repouso dos arquivos: o ensino público na escrita do Dr. Pinheiro Guimarães. In: \_\_\_\_\_. **Dos arquivos à escrita da história**: educação brasileira entre o Império e a República. Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 63.

<sup>43</sup> PEIXOTO, Afrânio. **Noções de história da educação**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

preciso traduzir no idioma pátrio, mesmo que para isso tenhamos que pedir emprestado, a realidade material ainda inominada e conseqüentemente negada. É assim que a linguagem assume o seu aspecto social, vista como instrumento de comunicação e de ação sobre outrem.

Já o bacharel, por desacreditar na autonomia do espaço público, visa transportar para ele os modos e as metáforas da vida patriarcal, vendo tanto a ação do estado quanto a do governo como algo sempre transcendente à vida comunitária. E essa estratégia dissimuladora só encontra êxito porque radicada nas modelagens tradicionais da sociedade escravocrata, o que exige a sentimentalização das relações de trocas desiguais estabelecidas no seio da família. Não reconhecendo na subjetividade uma aptidão para empreender o exame crítico dos próprios atos, desautoriza todas as práticas sociais divergentes que possibilitariam uma melhor compreensão e transformação dos homens no decorrer da própria história, lançando mão para isso de uma mistura bem dosada de prepotência e lealdade. Esse é o objetivo cordial, que consiste basicamente na insinuação de uma proximidade que a rigor não se quer suportar.



### 3 PERORAÇÃO

Nesse trabalho, afirmei reiteradamente que a principal característica da crônica de MA não residia no fato corriqueiro de constituir um manancial de informações, quando a linguagem assume sua função denotativa convencional, que é a de referenciar. Sob esse prisma, é evidente que todo e qualquer trabalho escrito se equivale, seja ele um texto literário ou uma simples bula de remédio. Mas seguindo o proposto no TA, a linguagem pode e deve significar muito mais que isso, quando se atenta para as possibilidades constantes do jogo retórico na definição do problema cardeal dos valores traduzidos nos argumentos.

É que sempre sentimos a necessidade de marcar a posição de autoridade do orador diante do seu auditório, mas as condições em que aquele se baseia para escolher seus argumentos, sua amplitude e disposição, só podem ser determinadas pelos fenômenos de interação com os ouvintes. Esse empenho argumentativo do orador se dá sempre dentro de limites altamente imprecisos e complexos, já que os fenômenos interacionais ocorrem com base em uma noção confusa, porém indispensável para ele, que é a da “força dos argumentos”, a qual deve variar constantemente, conforme os auditórios e os objetivos da argumentação.

O que se buscou foi o estudo das crônicas no seu aspecto funcional, do ponto de vista da utilização dos planos, argumentos e figuras como meios retóricos de persuasão pelo discurso, o qual não apresenta estruturas profundas, pois é fruto da união indissolúvel da forma e do conteúdo. Consideradas como unidades fechadas e não parafraseáveis, já que são o resultado feliz do encontro dos argumentos com o estilo, tentei apreender na sua superfície os sentidos possíveis para o esclarecimento de uma trajetória intelectual individual em meio a suas relações intertextuais. Essa trajetória não pode ser explicada a partir da perspectiva do criador genial, mas vendo no resultado do seu trabalho a produção de um conhecimento oriundo da relação equilibrada e coerente entre um ser vivo e as circunstâncias em que se desenvolve, ou seja, a própria história.

A atividade jornalística constituiu para MA o caminho privilegiado por onde ele logrou abandonar os rigores da disciplina literária, em proveito do exercício discreto de uma ação propriamente intelectual, na medida em que esse foi o meio de que se valeu para misturar sua voz pequena aos debates da cidade. Forma acabada da

atividade intelectual no século XIX, o trabalho jornalístico representou para o cronista a possibilidade do encontro feliz do estilo com a circunstância, redundando num pensamento instituinte alimentado pela leitura diária do jornal, oração mundana do escritor. Numa época e ambiente em que a superioridade intelectual está quase sempre ligada à grandiloquência e ênfase, a crônica, na sua despreensão humanizadora aferrada à simplicidade do dia-a-dia, quebra a tendência monumentalizante e artificiosa, restabelecendo o equilíbrio natural entre arte e vida.

A MA já se repreendeu o não ter sido socialista, nem progressista, nem abolicionista, ou ainda pior, não ter tentado se libertar de uma exasperante moral burguesa. Mas o contrário disso tudo também pode ser afirmado a seu respeito, e ambas as posições podem fazer sentido, sem que se faça justiça ao escritor, pois são considerações de caráter externo que deixam de fora o essencial. E essencial aqui é a consideração do modelo como um tipo de argumento, pois é a partir dele que se estabelece a norma, e do qual todo grande escritor extrai os verdadeiros sentidos e aponta suas limitações. Daí o caráter excepcional do artista em relação ao grupo, sempre exorbitando à coletividade, na condição anti-social do “desviante”, que exerce essa rebeldia serena através do ato de escrever.

MA sabe que sabe demais, e disfarça isso o tempo inteiro no seu texto, como se temesse ser descoberto e tivesse que acabar com a comunidade inteira em suas costas, dedo em riste. Por isso o uso sempre prudente da linguagem, a correção aparentemente sem esforço, a fuga constante das armadilhas da feira de vaidades da política e suas chantagens permanentes. Como Flaubert, outro radical adepto da arte como finalidade última e única, não acharia absurdo que o escritor não tivesse religião, nem pátria, ou nenhuma convicção social, mesmo que isso implicasse o terror da negatividade, a queda na vertigem do nada. Daí a adoção de uma postura sempre versátil, flutuante, às vezes caprichosa na gestão de suas opiniões, que, no entanto, podia se tornar grave e até mesmo empedernida quando entravam em jogo as regras e princípios que comandavam o ato de escrever.

Imerso na racionalidade feliz do paradigma naturalista e sua estética de inventário, MA se afasta desse padrão ao intuir que a fé na razão, na verdade e na justiça, pré-condições do labor intelectual, eram ideais a serem perseguidos apenas como normas de ação na conduta social, e como tais inatingíveis como meta racional-científica objetivada, principalmente quando aplicados a realidades históricas distintas. E para dar conta do paradoxo de uma razão que tanto poderia

ser sábia quanto louca, lança mão do humor como técnica retórica derrisória do forte laço do império do analógico sobre as mentes, sendo favorecido na empreitada pelo fato de representar a vertente da cultura laica individualista, ante uma sociedade ainda marcadamente religiosa e paroquial.

Nesse sentido, recusa o fetichismo da especialização tão caro ao empenho cientificista das gerações modernizadoras, quando um saber instituído transformava-se em instrumento de intimidação social e política, reafirmando o velho ideal iluminista e moralizante do valor abstrato da cultura não especializada. Credenciado pela força de uma percepção privilegiada dos fatos, ele raciocina que se ao leitor é dado o direito de ler sobre todos os assuntos nos livros e jornais, também não se poderia negar-lhe o direito de opinar sobre tudo, já que *“as idéias, para mim, são como as nozes, e que até hoje não descobri melhor processo para saber o que está dentro de umas e de outras, – senão quebrá-las”* (Balas de Estalo, 03-04-85, p.226).

Refletindo sobre sua matéria-prima, MA demonstra ter a consciência clara do paradoxo da língua: de ser ela a mediadora entre o poder normativo da variedade culta, estabelecida através da autoridade da escrita como transmissora incontestada dos valores políticos e culturais, cristalizados nos manuais, gramáticas e dicionários; e ao mesmo tempo ser esse poder institucionalizado, portador da tradição cultural e da almejada identidade nacional, fruto da contribuição de todas as outras variedades que lhe são coextensivas como poderes concorrenciais ativos, que na estrutura social e política brasileira tinham sérias dificuldades para se estabelecer e até mesmo se reconhecer como elementos formadores.

- Que tens? disse-lhe eu; estás sorumbático.
- Jururu, suspirou ele com um gesto de pinto melancólico.  
(Ilustração Brasileira, 01-08-77, p.255)

MA se alimentou como poucos desses poderes e saberes concorrenciais, moldados basicamente nas práticas orais, recusadas pela exacerbação do sonho iluminista da alfabetização coletiva, representado no século XIX pela crença no alfabeto como termo civilizatório, e conseqüentemente pela adoção da escrita como veículo ideal para a comunicação em uma sociedade fortemente hierarquizada. Nesse contexto, a definição dos papéis sociais se fazia basicamente a partir do respeito e adequação à norma das normas. Sentia uma clara nostalgia da antiga força do diálogo, como se nota pelo uso constante da frase curta, dos expletivos e

das orações coordenadas em seus textos. Ciente de que o impresso imergia o indivíduo num mundo de fixidez e isolamento, procurou se afastar da posição do ponto fixo típica do intelectual pedagogo, recusando a função de legislador da cultura ao se valer do suporte técnico do jornal para entabular uma conversa sempre renovada com seu auditório. Sendo assim, desenvolve uma literatura que é antes mais escutada que escrita, já que os gêneros que praticou com afinco sempre mantiveram forte vinculação com os usos orais da linguagem inapelavelmente ligados à escrita.

Notai que o que legitima um vocábulo destes, é a sua espontaneidade. Eles nascem como as plantas da terra. Não são flores artificiais de academias, pétalas de papelão recortadas em gabinetes, nas quais o povo não pega. Ao contrário, as geradas naturalmente é que acabam entrando nas academias. Um grave orador dizia há anos: “Senhores, sobre isto não me resta ‘cousíssima’ nenhuma. É um solecismo, concordo; mas vive. Também os aleijados vivem. Onde param tantas palavras bem conformadas de puros gramáticos? (A Semana, 06-08-93, p. 345)

O ato psicológico da escuta com observação serviu para que MA aprimorasse uma incisiva capacidade selecionadora de fatos e idéias que lhe permitiriam a criação de um espaço domesticado de reconhecimento do homem em sua ação no tempo. Essa escuta analítica será transformada em criação literária a partir da adoção de um ritmo apropriado, o qual não tem quase nada a ver com seu sentido moderno de fluxo contínuo, analogicamente relacionado à linguagem musical. Aproxima-se mais do ritmo no sentido clássico, onde o que importam são as pausas e silêncios produzindo a limitação constante do movimento em proveito da harmonia. É a escuta como atenção prévia o elemento que permitirá ao escritor captar aquilo que é susceptível de provocar alterações na organização de determinado espaço, favorecendo o trabalho da razão e do imaginário na compreensão dos papéis dos atores sociais.

Correram dous bacilos, forma de parênteses, e fecharam-me entre eles, como se faz na escrita (assim); depois chegou o bacilo da interrogação, a que não pude responder nada. Vendo o meu silêncio, empertigou-se o bacilo da admiração, enquanto os dous parênteses iam-me fechando cada vez mais, mais, mais. Já me rasgavam as carnes; entravam-me com alfanjes; eu torcia-me sem voz, até que pude gritar: Epicuro! Demócrito!  
José Rodrigues!

– Que é patrão?

Abri os olhos, vi ao pé da cama o meu criado José Rodrigues, – aquele mesmo ignaro que traduzira ‘debêntures’ por ‘desventuras’. Ao cabo, um bom homem; pouca suficiência intelectual, mas uma alma...” (A Semana, 27-08-93. p. 363)

É notória a busca constante de uma comunicação face-a-face com o auditório, muito mais viva que no abstrato do texto. Era como se pela adoção de uma linguagem superadequada e sem esforço aparente buscasse diminuir a distância incalculável entre escritor e leitor, marcada pela inevitável mediação tecnológica do impresso, que fechava visualmente o acesso a outros espaços e sentidos não visuais. Nem o desleixo da linguagem apressada e sem sabor do artista complacente, nem tampouco o burilamento excessivo daqueles que se compraziam no artifício estéril.

Já que um dos princípios da retórica consiste em fazer do esforço algo sempre dissimulado como natural, pois o próprio da arte é passar despercebida, o orador assim o faz, recusando a admissão de um saber peremptório que é o seu, e procurando explicitar no seu discurso as interferências efetivas de um saber dos outros, que é compartilhado por outras vozes. Segue assim o caminho do risco, onde só se chega à verdade coletivamente, na construção de um discurso inaugural que mina pacientemente o castelo de cartas edificado pelos paradigmas cientificizantes.

O século XIX como apoteose do ideal iluminista, o século das humanidades, da história e da ciência, vai ter no livro e no jornal, por extensão na escrita e no alfabeto, a sua melhor tradução como suportes materiais do progresso e da civilização. Daí em diante a alfabetização será a condição essencial para o desenvolvimento de qualquer nação, e a educação passa a ser tema recorrente e palavra de ordem entre políticos e estudiosos. Quem não estivesse protegido pelo guarda-chuva do alfabeto e sob a capa da ciência, estaria automaticamente condenado ao pior dos destinos, que era o de não fazer parte da opinião pública, deusa-mãe da consciência moderna.

Impressiona, portanto, que o intelectual MA não toque nesse assunto, a não ser de forma lateralizada, nas suas crônicas semanais, o que lhe valeu a pecha de

escritor ausente da discussão dos grandes temas nacionais<sup>44</sup>. Assim como no tocante à paisagem, pode-se afirmar que a educação é constante presença-ausência nas crônicas, não aparecendo como tema específico porque MA caracteriza-se por ser um “desprezador de assuntos”, como resumia ironicamente Mário de Andrade, ante a dificuldade dos modernistas em situá-lo convenientemente no âmbito da cultura nacional.

Se há algo de claramente ático na escrita de MA, não é necessariamente a linguagem cristalina e equilibrada sempre apontada pela crítica, mas antes uma percepção alargada da educação como “paidéia”<sup>45</sup>, entendida esta como valor geral em que o indivíduo nunca se apresenta como realidade exclusivamente subjetiva, e sim mergulhado organicamente em viva conexão com a totalidade do mundo circundante, com a natureza e a sociedade humana. Seu ceticismo e ironia lembram a lição platônico-socrática, que reconhecia o valor da paidéia nos moldes sofísticos, como uma teoria da educação concebida na base do racionalismo humanista de caráter ético-social, mas que em contrapartida recusava como inúteis todos os esforços alheios em favor de uma educação que não fosse produto do autoconhecimento.

Como Sócrates/Platão na pesada crítica ao materialismo dos sofistas, e apesar de ser apontado como um dos primeiros escritores brasileiros que bem poderia viver apenas do seu trabalho artístico, um profissional portanto, MA nesse aspecto era um retardatário em termos, porque comprovadamente habilidoso para tratar da sua carreira literária e dos adiantamentos dos seus livros, mas segundo seu amigo José Veríssimo, “*era contra a literatura como profissão ou meio de vida. Achava ele que feita assim era quase uma vulgar indústria. O seu ideal era justamente o que realizou, um emprego ou ocupação donde auferisse ‘o real e o necessário à vida’, como lhe chamou Garret, e lhe permitisse a cultura desinteressada de suas caras letras*”<sup>46</sup>.

É provável que ao invés do conhecimento livresco obtido através de investimentos multiplicadores de oportunidades e informações, MA achasse mais importante o empenho na acumulação de sabedoria advinda da autoconsciência libertadora. Como nos diálogos socráticos e seu tom de conversa casual, ele

---

<sup>44</sup> Para uma crítica das acusações de absenteísmo e indiferentismo em Machado, ver: BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. Rio de Janeiro: Pólis INL, 1983.

<sup>45</sup> JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

costuma fazer com que seu texto não trate didaticamente da explicitação de um tema, mas busca organizar um discurso onde uma interrogação final sempre cria no auditório uma tensão de espírito de eficácia altamente educativa. Essa participação ativa do leitor é garantida pela necessidade de uma eventual solução das aporias expostas no nervo tragicômico da crônica. Assim como Sócrates em relação aos sofistas, ele não via razão que justificasse todo o otimismo pedagógico dos seus coetâneos, nem sua crença ingênua na onipotência da educação como fator de salvação nacional, já que não era possível a inculcação da virtude simplesmente através do ensino na escola.

A trajetória autoeducacional elaborada por MA consistiu sempre no esforço individual de um sujeito que não gozava das oportunidades de aquisição de capital escolar e cultural, nem pertencia a uma classe com acesso privilegiado às posições profissionais mantidas pela força do cabedal de relações sociais. Assim, seu papel intelectual não pode ser medido simplesmente através do metro político ou institucional, que nele é praticamente nulo, mas antes pelas instâncias e frentes de atuação pelas quais transitaram seus produtos de trabalho, como as revistas e editoras, e sobretudo os jornais. “*Não sendo portador de pergaminho, que lhe abrisse a senda de qualquer profissão liberal*”<sup>47</sup>, como ironizava Sílvio Romero, respondeu com um projeto formativo/educacional centrado na autodidaxia como compensação à desvantagem social, construindo para isso uma rede de influências que lhe permitiu o acesso a bens culturais que estavam muito além do seu horizonte.

Para o autodidata abrir caminho nesse contexto restritivo, desenvolveu uma moral da austeridade e simplicidade, livrando-se dos comportamentos falsos e traços de vaidades sociais, intuindo que a cultura e a política não correm necessariamente em paralelo. Afirmou as virtudes do leigo, consubstanciadas no rigor crítico, na aplicação da dúvida metódica e no respeito às idéias alheias na prática da moderação e da tolerância. No entanto, todas essas virtudes da mundanidade e da civilidade eram temperadas por um condimento fundamental: o do ceticismo, liquidando toda e qualquer possibilidade ou desejo de esperança, que

---

<sup>46</sup> MONTELLO, Josué. **O presidente Machado de Assis: nos papéis e relíquias da Academia Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olímpio. p. 82.

<sup>47</sup> ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992. p. 60.

para ele era virtude meramente teologal, ineficaz no jogo bruto dos homens e da natureza.

Esse esforço autoformativo no sentido da *Bildung* alemã tem como pano de fundo a episteme iluminista, que segundo Barbara Freitag significa “a busca da autonomia (intelectual e moral) e da liberdade do homem dotado de razão no plano individual e coletivo”<sup>48</sup>. Essa perspectiva conjunta de uma formação e educação nem sempre tem encontrado consideração mais adequada no âmbito da cultura brasileira, marcada pelos traumas típicos do séc. XIX, o qual carrega em sua longa duração os dilemas do passado colonial e a ânsia libertadora dos projetos ainda por realizar. Num povo incapaz de expressar sua vontade de forma consciente e sem canais por onde conduzir as energias conformadoras da cidadania, caberá a um Estado demiúrgico e onipresente a função histórica de esquadrihar nosso passado na busca de uma elaboração consistente de projeto nacional.

Essa missão salvadora foi amplamente assumida pelos historiadores e literatos do século XIX, levando-se em conta as necessidades de um Estado tornado independente que age como o grande instrumento de formação de um povo, religando os frágeis laços de solidariedade dos agentes sociais, como descreve Nilo Odália.

Nação e Estado foram sempre concebidos como tarefa de uma minoria culta e esclarecida que deveria reger os destinos de ambos, orientando, corrigindo, pela educação, pela força, a massa considerada incapaz e incompetente de se reconhecer e de reconhecer, no projeto idealizado pela camada dirigente, seu destino. Ao povo resta sua única arma, a indiferença, o desinteresse.<sup>49</sup>

Nesse sentido, práticas que não estejam incluídas num esforço de unificação nacional dirigido previamente são naturalmente pouco reconhecíveis e assimiláveis. No caso do empenho pessoal de MA, Jean-Michel Massa se pergunta:

Não é esta cultura verdadeiramente surpreendente nele, a quem os críticos, entre os quais muitos ‘doutores’, apresentaram com alguma comiseração como um autodidata, cuja cultura, na origem mesma, era suspeita? Para eles, fora das universidades não existe conhecimento. Mas terá havido talvez, em alguns deles, um instintivo reflexo de defesa, aliás bem compreensível, em relação aos que, sem terem bebido nas fontes da

---

<sup>48</sup> FREITAG, Bárbara. **O indivíduo em formação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 68.

<sup>49</sup> ODÁLIA. Op. cit., p. 33.



cultura – assistindo aos cursos de São Paulo ou de Recife durante vários anos – alimentavam pretensões ao saber.<sup>50</sup>

Mesmo que os cultores da ciência e das artes estejam constantemente mergulhados em experiências de autodidatismo, sem o que suas pesquisas e descobertas de novos procedimentos ficariam bastante limitadas, reflexões sobre o tema raramente aparecem em nossa educação. Para isso basta citar que o mesmo não aparece na lista de “assuntos” nem no catálogo da biblioteca de humanidades da UFPR, nem tampouco no da Biblioteca Pública do Paraná. Omissão mais surpreendente ao se observar a sua necessidade praticamente absoluta quando se pensa em operacionalizar tecnologias contemporâneas altamente valoradas, e portanto assuntadas, como a educação a distância, e todos os procedimentos informacionais e midiáticos amplamente alardeados na escola.

Apesar de fracamente percebido, o mundo da autodidaxia apresenta sistema e lógica próprios, tendo por base comum a paixão pela leitura e a curiosidade em desempenhar atividades sem a submissão a um aprendizado sistemático. Se do ponto de vista educacional isso não garante nenhum resultado positivo, no aspecto formativo é condição essencial para uma integração do ser vivo nas estruturas que lhe determinam a existência, ou seja, as circunstâncias que lhe garantem o conhecimento do seu presente histórico. E essa condição essencial é o mutualismo, capaz de criar campos consensuais onde o conhecimento das relações entre os seres e seu ambiente afluem como saber, algo talvez intuído pela pedagogia do segundo reinado ao adotar o ensino mútuo como forma de reforçar a instrução dentro de um quadro social carente de professores qualificados. Se tivesse sido aprofundada a experiência, vista não apenas dentro de uma perspectiva pragmatista ingênua, é possível que a relativização do papel da escola oficial e da pertinência ou não de um sistema de ensino estruturado nos moldes do cientificismo do século XIX tivesse aflorado.

Como um dos elementos que ajudaram a formar o claudicante estado burocrático brasileiro, independente e moderno, sempre cindido entre as demandas sociais e políticas do futuro e as constrações irresolvíveis do passado, MA percebia que a educação usada como modelo ideal e sem crítica do seu valor positivo constituía um dos instrumentos qualificados para compor o discurso identitário da

---

<sup>50</sup> MASSA. Op. cit., p. 198.

nação integral, o amálgama que lhe obturava as fissuras. A alfabetização alardeada como condicionante miraculosa do progresso confirmava o otimismo científico e evolucionista que ele criticava, sobretudo porque vinha embutida num modelo autoritário que recusava o intercâmbio com outras formas possíveis de coexistência.

Entretanto, não nego que há por aí edifícios bem arquitetados para escolas e por conta do Estado. Um chegou a destruir em mim certo erro político. Dizia ele, no alto, em letra grossa, como dedicatória: 'O governo ao povo'. A minha idéia é que éramos, politicamente, uma nação representativa, e que tanto fazia dizer 'povo' como 'governo', não sendo o governo mais que o povo governando. Demais o dinheiro da construção era dos próprios contribuintes... (A Semana, 18-09-92, p. 126)

Ao invés do papel liberador das potencialidades individuais, o alfabeto poderia servir também como um mapa de estratificação social, numa educação talvez mais interessada em produzir cidadãos eficientes e produtivos para um mercado em franca expansão. O caráter de cruzada quase religiosa da luta contra o analfabetismo será uma das marcas do esforço modernizador brasileiro, tarefa dificultada pela vocação acrítica da nossa chamada sociedade civil, fortemente marcada pela militarização imposta desde os tempos da colônia, e condicionada pela falta da prática política a marchar em ordem unida ante a última idéia ou salvador da pátria de plantão.

Essa submissão aos valores incontestes do alfabeto e da escrita, desqualificando outras possibilidades comunicativas, pode ser notada até mesmo em empenhos pedagógicos alternativos ou revolucionários, como na "pedagogia do oprimido" de Paulo Freire, ou na educação libertária dos comunistas, e na "educação integral" do operariado anarquista, de acordo com a descrição de Margareth Rago:

Certamente, mais que em outras doutrinas, o interesse pela educação ocupa posição de relevo no pensamento anarquista. A preocupação em alfabetizar e instruir um número cada vez maior de possíveis leitores da imprensa libertária e de suas publicações doutrinárias e propagandísticas justifica também seu interesse pelo projeto educativo.<sup>51</sup>

Essencialmente preocupados em eliminar as fronteiras que opõem o trabalho manual ao intelectual, e as relações de dominação decorrentes, aparentemente essas correntes não se preocuparam em relativizar a validade universal da

alfabetização como projeto educativo comum. A capacidade de ler e escrever é assumida como intrinsecamente boa, e mesmo que outras interpretações recíprocas se apresentem, como a possibilidade de constituir um meio eficiente de vender “tecnologia obsoleta” sugerido por Maurizio Gnerre, nós “*projetamos nossa perspectiva letrada e grafocêntrica como rito de passagem redutor de diferenças*”<sup>52</sup>.

Valorizando ao máximo o recurso aos artifícios da memória, como o uso e abuso das repetições, das frases-feitas, fórmulas, sentenças, refrões e lugares comuns que marcam seu discurso, MA reafirma o valor das bases orais do pensamento e da linguagem, enquanto coextensão da escrita. Por isso reconhece a posição do analfabeto na construção do universo literário, como no caso da sempre citada poesia homérica, toda ela realizada pelo esforço de memória de um povo, o que exigia grande poder de concentração e imaginação, sustentado por um aguçado senso auditivo.

Essa astúcia do analfabetismo se impunha através do aproveitamento deliberado da oralidade na fatura do texto das crônicas, combinado com a exploração literária de práticas sociais pouco canônicas. A sua leitura nos avisa do perigo da aceitação acrítica dos postulados do ideal civilizador, que podia trazer embutido o germe dissolvente da barbárie, na medida em que o estado racional moderno, ou as outras esferas de poder instituídas, carecendo de identificação coletiva, tendessem a controlar as faixas de poder marginais, ou desautorizar suas práticas. Todos podiam ser subordinados aos grupos detentores do conhecimento institucionalizado e qualificados pela mitificação da ciência como força de intimidação social e política.

Aos homens de ciência ficam as razões sólidas com que afirmam a marcha ascendente para a perfeição. Os poetas variam: ora crêem no paraíso, ora no inferno, com essa particularidade que adotam o pior para expô-lo em versos bonitos. (A Semana, 01-01-94, p. 7)

Num panorama de escolarização total e integral da vida como se desenhava, o mundo certamente ficaria menos colorido, menos engraçado. Já não se poderia “*provocar o riso sem necessidade de cócegas*”, como brincava Montaigne. Educadores e estudiosos, honestamente imbuídos das objetivações sobre sujeitos e

---

<sup>51</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 153.

<sup>52</sup> GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 33.

coisas que a racionalidade científica lhes garante, tendem a não acreditar que a diversão possa constituir um veículo persuasivo privilegiado. Tendem a incutir em seus discípulos a idéia falsa de seriedade, de que as coisas sérias são graves e que leveza é superficialidade. Movidos pelo sincero desejo de serem úteis ao progresso da nação, hoje retiram das crônicas o que estas veiculam como informação e comentário, e lhes dão foros de objeto de estudo sério. Não distinguindo um “escute bem” de um “está ouvindo”, esquecem-se de que o orador e seu auditório não interagem com textos, mas com discursos sempre situados em relações intertextuais as mais diversas, o que permite que os sujeitos se reencontrem ligados às redes estruturais de determinações nas quais produziram suas falas, segundo a lição de Altair Pivovar na sua proposta de abordagem do texto em sala de aula.

Nesse cenário eficientemente reprodutivo, o cronista periga não ter mais assuntos para desperdiçar, já que todos estarão perfeitamente bem informados, devidamente integrados aos sistemas e suas ordenações. No apogeu da cultura como espetáculo, na era da inflação do impresso, quando a ilusão coletiva de conhecer é assegurada pela participação acrítica na família dos saberes instituídos, todos terão seu assunto específico com que se ocupar, com que matar o tempo antes que ele nos mate. Todos os momentos serão banalmente históricos, únicos e sempre iguais. A literatura e a poesia já não serão aquele poderoso estupefaciente contra o ramerrão cotidiano que assustava Gramsci.

Viveremos as delícias tediosas da cultura de classes, em ambientes altamente diferenciados e qualificados, seguros porque infensos aos ditames da experiência humana, livres do incômodo de lembrar que houve tempo em que existiu um espaço público comum, em que a amizade era o aglutinante indispensável para a cooperação política, como aquele rememorado na última carta do cronista:

“Vejo que efetivamente saímos da crisálida. Há já muita gente do interior aqui e do exterior também.

O nosso Rio mudou muito, até de costumes. Aquele cajuhy que nós tomávamos n’uma casa da rua do Ouvidor agora provavelmente toma-se na rua (Avenida) plena calçada, entre as pessoas que passam de um lado para outro. Há mais senhoras a passeio; há um curso em Botafogo, às quartas-feiras.

Adeus, meu querido amigo. Ainda bem que a sua amizade dura há tantos annos, e eu posso ir da vida sabendo que deixo a sua entre outras saudades verdadeiras. Não repare na nota fúnebre que corre por esta carta; é musica do crepúsculo e da solidão. Vá ler o ‘Memorial’ e escreva-

me. Recomende-me a todos os seus, e crea-me sempre o mesmo velho amigo. (Machado de Assis, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1908, p. 289)

## BIBLIOGRAFIA

- ARISTOTE. **Rhétorique**. Tome premier (Livre I). Paris: Éd. Les Belles Lettres, 1932.
- ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sofísticos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- ASSIS, Machado de. **Bons Dias!** (crônicas -1888-1889). São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas**. 31 v. Rio de Janeiro: Livro do Mês, 1962.
- AZEREDO, Carlos Magalhães de. **Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo**. RJ: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s.d.
- BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. Rio de Janeiro: Pólis INL, 1983.
- CAMPOS, Kleber Garcia. **O Ateneu de Charles Dickens**: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX. Bragança Paulista: Ed. da Univ. S. Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).
- CÂNDIDO, Antônio. **Um Funcionário da Monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2002.
- CÂNDIDO, Antônio. **Recortes**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993
- CHALHOU, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- ENZENSBERGER, Hans M. **Mediocridade e loucura e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1995.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. RJ: Paz e Terra, 1986.
- GNERRI, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GONDRA, José (org.). No repouso dos arquivos. In: \_\_\_\_\_. **Dos arquivos à escrita da história**. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2001.
- GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. São Paulo: Campinas, Mercado de Letras/FAPESP, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- Jaeger, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- JAGUARIBE, Beatriz. **Fins de Século**: cidade e cultura no Rio de Janeiro. RJ: Rocco, 1998.
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 7 v. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.
- MASSA, Jean- M. **Dispersos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1965.
- \_\_\_\_\_. **A juventude de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MAURO, Frédéric. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

- MONTELLO, Josué. **O presidente Machado de Assis: nos papéis e relíquias da Academia Brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997.
- PEIXOTO, Afrânio. **Noções de história da educação.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PERELMAN, Chaim. **Retóricas.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PIVOVAR, Altair. **Leitura e escrita: a captura de um objeto de ensino.** Dissertação de Mestrado. UFPR, 1999.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinada – Brasil 1890–1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RENAULT, Delso. **O Rio Antigo: nos anúncios de jornais.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, Qual Romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.** RJ/SP: DIFEL, 1978.
- VIEIRA, Carlos E. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci.** Tese de Doutorado. PUC/SP, 1999